

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 041/2025
Data: 14/03/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
O DILEMA DAS CIDADES PORTUÁRIAS	4
TREM LIGARÁ SÃO PAULO À BAIXADA SANTISTA E AO RESTO DO LITORAL PAULISTA; CONFIRA OS POSSÍVEIS TRAJETOS	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
COAF TIMBAÚBA DISTRIBUI R\$ 500 MIL EM CBIOS AOS COOPERADOS.....	6
SILVIO FILHO PROMETE TRANSNORDESTINA EM PERNAMBUCO NO 2º SEMESTRE	7
STELLANTIS RECEBE R\$ 241,8 MI DO BNDES PARA DESENVOLVER HÍBRIDOS E ELÉTRICOS	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
ANTAQ APROVA ESTUDO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS DOS AFRETAMENTOS DE EMBARCAÇÕES PARA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO DESTACA AGENDA DE CONCESSÕES EM LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR COM PAÍSES DO SUDESTE ASIÁTICO.....	9
NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS AMPLIARÁ SERVIÇOS E OPERAÇÕES NO AEROPORTO DE PARANAVÁI (PR).....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	12
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ANUNCIA LICITAÇÃO DE OBRAS DA TRANSNORDESTINA EM PERNAMBUCO PARA SEGUNDO SEMESTRE DE 2025	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – A ÁSIA NO HORIZONTE	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
Imposto zerado 1.....	13
Imposto zerado 2.....	14
Imposto zerado 3.....	14
Olho por olho 1.....	14
Olho por olho 2.....	14
O sobrinho	14
NACIONAL - PRODUÇÃO DE GRÃOS DEVE CRESCER 10,3% E ALCANÇAR RECORDE, PROJETA CONAB.....	14
FERROVIAS - RENAN FILHO E SILVIO COSTA FILHO UNIDOS PELA TRANSNORDESTINA.....	16
BRASIL EXPORT- NACIONAL - BRASIL BUSCA FORTALECER LAÇOS COMERCIAIS COM PAÍSES DO SUDESTE ASIÁTICO	16
BRASIL EXPORT- NACIONAL - GOVERNO PUBLICA INSTRUÇÃO NORMATIVA E PRORROGA REPORTO ATÉ 2028	18
BRASIL EXPORT – NACIONAL - TRANSPORTE AÉREO E ACESSIBILIDADE: ESPECIALISTAS PEDEM DIRETRIZES MAIS CLARAS	18
REGIÃO SUDESTE - PASSARELA DESABA NA ANCHIETA APÓS COLISÃO; HÁ CONGESTIONAMENTO NOS DOIS SENTIDOS.....	20
REGIÃO SUDESTE - PETROLEIRO DESGOVERNADO COLIDE COM EMBARCAÇÕES DA MARINHA EM SANTOS	21
PORTUGAL - PRESIDENTE DE PORTUGAL DISSOLVE PARLAMENTO E CONVOCA NOVAS ELEIÇÕES	22
JORNAL DA ORLA - SP	23
MINISTRO DO TCU, VITAL DO RÊGO, FARÁ PALESTRA NO SANTOS EXPORT	23
APS PUBLICA LICITAÇÃO PARA OBRAS DE ACESSO À ILHA BARNABÉ	24
BAHIA ECONÔMICA - BA	25
GOVERNO DEVE AUMENTAR PERCENTUAL DE ETANOL NA GASOLINA PARA 30% AINDA EM 2025, DIZ MINISTRO.....	25
CHINA É AMEAÇA MAIOR DO QUE TARIFAS DE TRUMP PARA SETOR DE AÇO DO BRASIL, DIZ CSN	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	26
JORNAL O GLOBO – RJ.....	26
GOVERNO LULA SE ARMA PARA EVITAR BLOQUEIOS E CORTES DE INVESTIMENTOS NO ORÇAMENTO	26
DIVIDENDO RECORDE É RESPOSTA AOS INVESTIDORES, DIZ PRESIDENTE DA ELETROBRAS.....	27
PARÁ COMEÇA RESTAURAÇÃO NA ÁREA CERTA, MAS PRECISA GARANTIR RENDA A QUEM ESTÁ NA TRIUNFO DO XINGU DEFENDENDO A FLORESTA.....	29
CONTAS DE UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E ESTATAIS FECHAM JANEIRO COM SUPERÁVIT DE R\$ 104 BILHÕES	30
CCR QUER GANHAR FÔLEGO FINANCEIRO PARA PARTICIPAR DOS PRÓXIMOS LEILÕES DE RODOVIAS	31



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	32
COMITÊ DO GOVERNO APROVA IMPOSTO ZERO PARA IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS; VEJA LISTA COMPLETA	32
ECONOMIA ALEMÃ DEVE ESTAGNAR EM 2025, COM CRESCIMENTO DE 1,1% APENAS EM 2026, DIZ INSTITUTO	34
COMO A MADEIRA E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL PODEM CONTRIBUIR PARA DESCARBONIZAR A CONSTRUÇÃO CIVIL	34
VALOR ECONÔMICO (SP).....	36
CADE APROVA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA SANTOS BRASIL PARA GRUPO CMA CGM.....	36
CS INFRA, MONTE RODOVIAS, VF GOMES E CONSÓRCIO DA ZOPONE VENCEM LEILÃO DE RODOVIAS DO MATO GROSSO.....	37
CHINA ESTÁ INCOMODADA COM POSSÍVEL VENDA DE OPERAÇÃO EM PORTOS NO CANAL DO PANAMÁ.....	40
CASO MILIONÁRIO DE ISS DA VALE TERÁ QUE SER REINICIADO.....	41
FUTURO PREMIÊ DA ALEMANHA CHEGA A ACORDO SOBRE DÍVIDA PARA FINANCIAR DEFESA E INFRAESTRUTURA	43
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	44
CARRETA DERRUBA PASSARELA E INTERDITA VIA ANCHIETA EM SP; PORTO DE SANTOS MANTÉM OPERAÇÕES	44
DP WORLD E MAERSK FIRMAM CONTRATO PARA OPERAÇÃO EM SANTOS	44
IAPH PROPÕE MEDIDAS PARA REFORÇAR SEGURANÇA CIBERNÉTICA EM PORTOS	45
KONGSBERG FORNECERÁ PROJETO E TECNOLOGIA PARA NAVIOS DE CONSTRUÇÃO SUBMARINA DA OLYMPIC.....	45
FORESEA APRIMORA OPERAÇÕES OFFSHORE COM MONITORAMENTO 360° E LIVE STREAM EM ALTO-MAR.....	46
COMPRA DO CONTROLE DA WILSON SONS PELA MSC OBTÉM APROVAÇÃO NO CADE	46
PPP GARANTIRÁ DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO À BAÍA DA BABITONGA	47
FÓRUM MINISTERIAL DISCUTIRÁ POLÍTICAS PARA TRABALHADORES AQUAVIÁRIOS.....	48
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	49
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	49



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

O DILEMA DAS CIDADES PORTUÁRIAS

Os portos são reconhecidos como motores do desenvolvimento econômico

Por Roberto Paveck



(FreePik)

Os portos são reconhecidos como motores do desenvolvimento econômico, impulsionando investimentos, gerando empregos e fortalecendo as cadeias logísticas, o que amplia a competitividade do País no comércio exterior. Por essa razão, governos pelo mundo investem na expansão portuária. No entanto, estudos recentes revelam que, para as cidades que abrigam esses portos, a realidade é mais complexa, exigindo uma análise

cuidadosa sobre como esses investimentos impactam não apenas a economia, mas também a qualidade de vida das comunidades locais.

Um estudo do National Bureau of Economic Research (NBER), nos Estados Unidos, ilustra essa complexidade. A pesquisa mostrou que cidades com grande movimentação de contêineres não registraram aumentos populacionais significativos após a instalação dos terminais, contrariando a expectativa de que o dinamismo econômico tornaria essas localidades mais atrativas. A explicação para esse fenômeno está nos efeitos colaterais do crescimento portuário, como a saturação da infraestrutura urbana, os impactos ambientais e a escassez de espaço. Esses fatores podem reduzir a qualidade de vida, neutralizando parte dos ganhos econômicos gerados pelos portos.

A localização geográfica dos portos também tem um papel nesse cenário. Cidades como Hong Kong e Singapura enfrentam desafios crescentes. À medida que setores como tecnologia e serviços financeiros se tornam mais rentáveis, o custo de manter grandes áreas urbanas dedicadas às operações portuárias aumenta significativamente. Em Los Angeles, por exemplo, o tráfego relacionado ao porto representa até 85% do fluxo de caminhões em algumas rodovias. Já em Antuérpia e Roterdã, os portos ocupam mais de 30% da área metropolitana.

Curiosamente, os maiores beneficiados pela expansão portuária nem sempre são as cidades que abrigam os portos, mas sim suas vizinhas. Um estudo publicado pelo Journal of Urban Economics aponta que, devido à necessidade de grandes áreas para a instalação de terminais, o crescimento populacional e econômico tende a se concentrar em regiões com menor densidade demográfica e imóveis mais acessíveis. No Brasil, esse fenômeno pode ajudar a explicar por qual motivo Santos e Guarujá, que abrigam a maior parte do Porto de Santos, cresceram 2,61% e 2,55% entre 2022 e 2024, respectivamente, enquanto Praia Grande, cidade vizinha, registrou um aumento populacional quase duas vezes maior (4,47%) no mesmo período.

Diante desse cenário, algumas cidades encontraram caminhos alternativos. Londres e Nova Iorque, por exemplo, transferiram gradualmente suas operações portuárias para áreas mais afastadas, liberando espaço em suas regiões centrais para setores de maior valor agregado, como tecnologia e serviços financeiros. Essa estratégia não apenas reduziu os gargalos logísticos, mas também permitiu que essas cidades se reinventassem, atraindo novos investimentos e diversificando suas economias.

No caso de Santos, no entanto, as limitações geográficas e os custos envolvidos na transferência das operações tornam essa estratégia inviável. Ainda assim, os estudos deixam um alerta importante para os gestores públicos: é fundamental promover um crescimento equilibrado, que diversifique a

economia, estimule novos setores e preserve a qualidade de vida da população. Caso contrário, essas cidades correm o risco de se tornarem reféns de sua vocação portuária, limitando seu potencial de inovação e desenvolvimento econômico.

O desafio das cidades portuárias pelo mundo é cada vez mais complexo. Quanto maior e mais dinâmico o porto, maior será seu impacto no ambiente urbano. Portanto, não basta expandir a infraestrutura portuária; é essencial adotar uma visão estratégica que equilibre crescimento, diversificação econômica e bem-estar da população. O verdadeiro progresso não está apenas na expansão dos portos, mas na construção de cidades que prosperem para além deles.

Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/03/2025

TREM LIGARÁ SÃO PAULO À BAIXADA SANTISTA E AO RESTO DO LITORAL PAULISTA; CONFIRA OS POSSÍVEIS TRAJETOS

O Trem Intercidades (TIC) Eixo Sul deverá beneficiar nove municípios e desafogar o Sistema Anchieta-Imigrantes

Por ATribuna.com.br



O trajeto ainda será definido, e a extensão pode variar de 80 a 130km, durando cerca de 90 minutos (Divulgação/Governo de SP)

O Trem Intercidades (TIC) Eixo Sul deverá conectar por linha férrea a Baixada Santista à Capital e Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com informações divulgadas no site da Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), o projeto pode ter leilão e assinatura do contrato em 2027. O trajeto ainda será definido. A extensão pode variar de 80 km a 130 km, e deverá ser percorrida em 90 minutos. Veja abaixo os trechos possíveis.

O trem vai beneficiar nove municípios e 1,8 milhão de pessoas. Além disso, deve gerar 13 mil empregos e impactará diretamente no desafogamento do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI). Tudo está em fase inicial de estudos, e ainda haverá novas avaliações antes de ser definido o trajeto do TIC.



(Divulgação/Governo do Estado de SP)

Possíveis trajetos:

1- Linha 10 - Turquesa e sistema cremalheira

O trem seguiria pela Linha 10 - Turquesa, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) até Rio Grande da Serra, usando a ferrovia que já existe até Paranapiacaba, e desceria pelo sistema cremalheira, estrutura originalmente projetada para trens de carga e passageiros.

2- Zona Sul de São Paulo

Nesse caso há duas possibilidades: vir pela Rodovia dos Imigrantes, ou pela Linha 9 - Esmeralda, conectando-se a uma antiga ferrovia até chegar em Parelheiros.

Nos dois casos a descida da serra seria pelo trecho onde já foi estudada a construção de uma rodovia, entre Parelheiros e Itanhaém. Essa informação foi divulgada pelo secretário de Parcerias e Investimentos, Rafael Benini, em entrevista à Rádio Bandeirantes.

O percurso seguiria da seguinte forma:

- Início na Estrada Ecoturística de Parelheiros, próximo ao cruzamento com a Avenida Fernando da Cruz Alves.
- Direção sul-norte, paralelo à antiga Estrada de Ferro Evangelista de Souza – Santo Amaro.
- Descida da serra pela margem ocidental do Vale do Rio Capivari, dentro do município de São Paulo.
- Travessia do Vale do Rio Branquinho, passando sob a Serra do Mar por túneis ou cortes na montanha.
- Percurso pelos vales do Rio Aguapeú e Rio Branco em direção a Santos.
- Chegada à antiga ferrovia Santos-Cajati.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 14/03/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

COAF TIMBAÚBA DISTRIBUI R\$ 500 MIL EM CBIOS AOS COOPERADOS

Os CBIOS são créditos verdes destinados ao setor que produz biocombustíveis

Por Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Usina Coaf Timbaúba comercializa os CBIOS há quatro anos consecutivos. Foto: Coaf Timbaúba/Divulgação

A Usina da Cooperativa dos Fornecedor de Cana-de-açúcar de Pernambuco (Coaf) em Timbaúba pagou, esta semana, mais de R\$ 500 mil aos seus fornecedores de cana-de-açúcar pela comercialização dos Créditos de Descarbonização (CBios) provenientes da produção de etanol na safra que acabou em janeiro deste ano. Localizada na Mata Norte, a empresa tem cerca de 700 fornecedores.

É o quarto ano consecutivo que os produtores de cana-de-açúcar recebem este crédito. O pagamento desta semana foi referente ao exercício de 2024. Os CBIOS foram criados com o RenovaBio, um programa do governo federal que pretende aumentar, gradativamente, a produção de biocombustíveis no Brasil. Com a iniciativa, as distribuidoras de combustíveis fósseis compram os CBIOS pagos aos produtores de biocombustíveis e de cana-de-açúcar.

“Ainda temos quase 14 mil CBIOS pra vender, mas resolvemos esperar. A nossa expectativa é de que o preço do CBIO valorize com a nova lei que vai entrar em vigor”, resume o presidente da Coaf Timbaúba, Alexandre Andrade Lima. Ele também é presidente da Associação dos Fornecedor de Cana-de-Açúcar de Pernambuco. Esta semana, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse, em visita ao Estado, que vai editar a lei 15.082/24, que altera as regras do RenovaBio. Esta regulamentação vai punir as distribuidoras que não estiverem comprando os CBIOS.

CBIOS são pagos sobre a produção de etanol

De acordo com Alexandre, os valores dos CBIOS não foram maiores por dois motivos. Primeiro, porque a Coaf priorizou o açúcar ao etanol na última safra, devido ao preço melhor. O CBIO é pago

somente sobre a produção de etanol. Alexandre também argumentou que o CBIO está com o preço em baixa. “Está sendo vendido por R\$ 77, quando já chegou a R\$ 200”, comentou.

O pagamento dos CBios ocorre porque a produção de álcool contribui para usar menos combustíveis fósseis, numa iniciativa que recebe o nome de descarbonização. Os combustíveis fósseis contribuem para jogar mais carbono na atmosfera, trazendo como consequência o aquecimento global.

A Usina Coaf Timbaúba moeu 880 mil toneladas de cana-de-açúcar na última safra (24/25), sendo 10% a mais do que a moagem anterior (23/24). “Os cooperados estão aumentando os seus plantios”, explica Alexandre.

*Com informações da Coaf Timbaúba

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 14/03/2025

SILVIO FILHO PROMETE TRANSNORDESTINA EM PERNAMBUCO NO 2º SEMESTRE

A licitação para a retomada das obras da Transnordestina em Pernambuco será realizada no início do segundo semestre de 2025, após a conclusão do projeto executivo. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (13), em Brasília, pelos ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes). A ferrovia, considerada estratégica para o escoamento da [...]

Por Márcio Didier - marcio.didier@movimentoeconomico.com.br



Ministros Renan Filho e Silvio Costa Filho anunciaram licitação da Transnordestina no segundo semestre Foto Divulgação

A licitação para a retomada das obras da Transnordestina em Pernambuco será realizada no início do segundo semestre de 2025, após a conclusão do projeto executivo. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (13), em Brasília, pelos ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Transportes). A ferrovia, considerada estratégica para o escoamento da produção nordestina, fortalecerá a integração regional.

Com 1.753 km de extensão, a Transnordestina interligará o Porto de Suape (PE) ao estado do Piauí, passando por diversos municípios e ampliando o acesso a mercados nacionais e internacionais. O projeto prevê redução dos custos logísticos e do tempo de transporte, aumentando a competitividade de setores como agricultura e pecuária.

A retomada da obra, que havia sido retirada do percurso original durante o Governo de Jair Bolsonaro, foi destacada como essencial para o desenvolvimento econômico da região. “O ministro Renan tem, ao lado do presidente Lula, ajudado muito Pernambuco, destravando obras como a Transnordestina, a duplicação da BR-423 e o planejamento da BR-232. Estamos comprometidos em transformar a realidade do Nordeste”, afirmou Silvio Costa Filho.

Transnordestina impulsionará a cadeia produtiva

Além da infraestrutura logística, a construção da ferrovia deve gerar empregos diretos e indiretos e impulsionar cadeias produtivas na região. Segundo Renan Filho, o projeto trará maior integração entre os estados nordestinos e fortalecerá o posicionamento econômico do Nordeste no Brasil e no exterior.

“O presidente Lula entendeu que não há alternativa para o desenvolvimento da região sem Pernambuco no centro da estratégia. Por isso, retomamos o trecho e vamos executá-lo como obra pública”, afirmou.

A expectativa é que, com a conclusão da Transnordestina, a movimentação de cargas no Nordeste cresça significativamente, reduzindo a dependência do transporte rodoviário e melhorando a competitividade regional. O governo federal segue acompanhando o andamento do projeto, reforçando seu compromisso com a infraestrutura e o crescimento econômico do Nordeste.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 14/03/2025

STELLANTIS RECEBE R\$ 241,8 MI DO BNDES PARA DESENVOLVER HÍBRIDOS E ELÉTRICOS

O projeto financiado vai empregar os recursos na fábrica da Stellantis em Betim, em Minas Gerais

Da Redação ME redacao@movimentoeconomico.com.br



Os recursos do financiamento do BNDES serão empregados na unidade de Betim, em Minas Gerais. Foto: Stellantis/Divulgação

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento no valor de R\$ 241,8 milhões para apoiar a Stellantis Automóveis Brasil Ltda no desenvolvimento de tecnologias para a produção de veículos híbridos e elétricos na unidade de Betim, em Minas Gerais. A companhia também é dona da fábrica da Jeep,

instalada em Goiana, Pernambuco.

Com recursos do BNDES Mais Inovação, a companhia vai desenvolver os veículos com a tecnologia Bio-Hybrid, adaptada ao mercado nacional, que prevê diferentes arquiteturas de eletrificação, combinando o motor elétrico com motor flex (gasolina/etanol).

Na unidade de Betim, a empresa pretende desenvolver três arquiteturas híbridas diferentes (combinando motor a combustão flex e elétrico) e uma arquitetura elétrica (apenas motor elétrico). A implementação do projeto deve gerar 400 empregos diretos e 2 mil indiretos.

Metas de descarbonização da Stellantis

O projeto a ser desenvolvido em Minas Gerais faz parte da estratégia da empresa de reduzir o consumo de combustível de origem fóssil e, conseqüentemente, a redução de emissões de CO₂. A expectativa da companhia é de que 20% das vendas do grupo sejam de veículos elétricos no Brasil em 2030.

“O desenvolvimento dessa tecnologia no país, unindo o motor elétrico ao etanol atende às necessidades locais, gera empregos e abre mercados para a exportação”, explica o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O Grupo Stellantis é o 4º maior conglomerado automotivo do mundo e é dono de 14 marcas (Fiat, Jeep, RAM, Citroën, Peugeot, Abarth, Opel, DS Automobiles, Vauxhall, Alfa Romeo, Lancia, Maserati, Chrysler e Dodge). No mundo, emprega cerca de 300 mil profissionais espalhados por plantas industriais em 30 países.

**Com informações do BNDES*

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 14/03/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA ESTUDO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS DOS AFRETAMENTOS DE EMBARCAÇÕES PARA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO



Estudo aponta que os preços para as embarcações nacionais devem levar em consideração fatores do país

Brasília, 13/03/2025 - A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, nesta quinta-feira (13), o estudo P14 - Acompanhamento dos custos suportados pelas empresas nacionais com relação ao uso de embarcações nacionais e estrangeiras afretadas para a navegação de apoio marítimo.

Os resultados dos estudos apontam que os preços brasileiros não se equiparam, por diversos fatores, aos praticados nos mercados internacionais. Por isso, a precificação no mercado interno de apoio marítimo deve considerar fatores próprios do setor.

“Esse estudo vem em um momento em que a Agência se debruça, tanto na agenda regulatória sobre as questões afetas às embarcações de apoio marítimo, mas também para respaldar as ações de política pública voltadas à reconstrução naval do país”, explicou a diretora Flávia Takafashi, relatora da matéria.

O levantamento, que faz parte da Agenda Plurianual de Estudos de 2021-2024, tem como objetivo aprimorar os processos decisórios e operacionais da ANTAQ produzindo evidências para maior assertividade e eficácia nas tomadas de decisões.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 14/03/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO DESTACA AGENDA DE CONCESSÕES EM LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR COM PAÍSES DO SUDESTE ASIÁTICO

A maior carteira de investimentos da história do país contará com R\$ 20 bilhões para portos e hidrovias até 2026, além R\$ 5 bilhões no modal aéreo por meio do AmpliAR nos próximos anos

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou os investimentos em infraestrutura aeroportuária no Brasil e novas possibilidades de parcerias econômicas com países do sudeste asiático durante o lançamento da Frente Parlamentar Brasil-Asean nesta quinta-feira (13), na Câmara dos Deputados.



Ministro discursa durante lançamento da Frente Parlamentar Brasil-Asean - Foto: Sérgio Francês/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou os investimentos em infraestrutura aeroportuária no Brasil e novas possibilidades de parcerias econômicas com países do sudeste asiático durante o lançamento da Frente Parlamentar Brasil-Asean nesta quinta-feira (13), na Câmara dos Deputados.

A Frente vai debater medidas para ampliar o comércio entre Brasil e os países que integram a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O bloco é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), os países da Asean importaram US\$ 26,3 bilhões em bens brasileiros em 2024. O bloco é formado por Camboja, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Vietnã e Brunei.

O ministro Silvio Costa Filho defendeu que o potencial de parcerias vai além de itens tradicionais. “Estamos à disposição para dialogar com esse mercado estratégico não apenas sobre agronegócio, proteína animal, mas sobre tecnologia e agenda de sustentabilidade”.

Construção civil e infraestrutura também são áreas de destaque, de acordo com o titular da pasta. “O ano de 2025 será o melhor ano da história do Brasil na agenda de concessões. São investimentos em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e há grandes investidores da Asean que têm interesses em poder prover investimentos no Brasil. Trata-se da maior carteira de concessões na história do país para apresentarmos à Asean no momento certo”, ressaltou.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar, deputado federal Waldemar Oliveira, a expansão do comércio entre Brasil e os países do Sudeste Asiático contribuirá para diminuir a dependência de outras economias mais tradicionais e fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional.

Maior da história

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) prevê para 2025, a concessão de 21 empreendimentos portuários, com investimento de quase R\$ 9 bilhões. Em 2026, serão pelo menos 21 novos empreendimentos, sendo 17 arrendamentos de áreas portuárias e quatro concessões de canais.

Para melhorar a infraestrutura aérea, devem ser entregues 40 obras públicas em 33 aeroportos, com investimento de R\$ 1,5 bilhão por meio do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) e da Infraero. Há ainda o programa AmpliAR, criado para garantir a administração e manutenção de 102 aeródromos considerados estratégicos. O programa permite a contratação simplificada de concessionárias que já operam no país. A Amazônia Legal e o Nordeste terão prioridade, com potencial de investimentos de R\$ 3,4 bilhões para fortalecer a conectividade aérea e o desenvolvimento regional.

Reconhecimento

Segundo o secretário de Ásia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Eduardo Saboia, o Brasil mantém boas relações comerciais com a Indonésia e o Vietnã. Como reconhecimento da importância das relações comerciais, o presidente Lula foi convidado a participar da próxima Cúpula da Asean, na Malásia.

Assessoria Especial de Comunicação Social

Ministério de Portos e Aeroportos

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 14/03/2025

NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS AMPLIARÁ SERVIÇOS E OPERAÇÕES NO AEROPORTO DE PARANAÍ (PR)

Com investimento de R\$ 30 milhões, intervenções vão expandir o desenvolvimento econômico e turístico do município



O aeroporto de Paranaí está apto a receber aeronaves de até 70 passageiros - Foto: Divulgação Infraero

Com foco na ampliação dos serviços, na modernização da infraestrutura e na elevação da qualidade de serviços aos passageiros do transporte aéreo, o Governo Federal assinou, nesta quinta-feira (13), o contrato para o início das obras de construção do novo Terminal de Passageiros no aeroporto de Paranaí, localizado no noroeste do

Paraná. A nova estrutura terá 713 metros quadrados, com capacidade para atender até 200 mil passageiros por ano. Com investimentos de R\$ 30 milhões, projeto também inclui a construção de um novo estacionamento de veículos e mais uma série de melhorias no complexo aeroportuário.

Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, destaca que as intervenções vão expandir o desenvolvimento econômico e turístico do município, além de garantir mais opções de voos aos passageiros. “Esse é um marco importante para os moradores e turistas que visitam um dos estados mais bonitos do país. O aeroporto de Paranaí é a principal porta de entrada da cidade, de modo que agora estamos proporcionando mais conforto e segurança aos passageiros. O governo do presidente Lula está transformando a infraestrutura logística do país e ampliando as opções de transportes a todos os brasileiros”.

O presidente da Infraero, Rogério Barzellay, ressalta que a qualificação do Aeroporto faz parte do compromisso do Governo Federal, via Ministério de Portos e Aeroportos e Infraero, no desenvolvimento da aviação regional. “Iremos garantir uma infraestrutura aeroportuária aprimorada com vistas a atender à crescente demanda e aumentar a segurança e a capacidade operacional do aeroporto, permitindo que possa receber voos diurnos e noturnos e com aeronaves de maior porte”, disse Barzellay.

Sob gestão da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) desde o ano passado, o aeroporto de Paranaí, localizado a cerca de 3,5 km do centro da cidade, tem uma pista de pousos e decolagens com 1.500 metros de comprimento por 30 metros de largura. Atualmente, está apto a receber aeronaves de até 70 passageiros.

Ampliação de capacidade

O aeroporto de Paranaí receberá um amplo conjunto de melhorias, que inclui: implantação de sistema de balizamento noturno, nova sinalização vertical de pista, construção de muro patrimonial e de via de inspeção, instalação de farol de aeródromo e de biruta iluminada, além da regularização da Área de Segurança de Fim de Pista (RESA) e da faixa preparada da pista.

Também está prevista uma nova sinalização horizontal no pátio de aeronaves e na pista de pouso e decolagens e deverá ser concluída pelos órgãos competentes a homologação do PAPI (Sistema Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão), que já teve sua instalação finalizada. O investimento da Infraero é na ordem de R\$ 30 milhões, com previsão de entrega de todas essas melhorias até o fim desse ano.

Assessoria Especial de Comunicação Social
Ministério de Portos e Aeroportos

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 14/03/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ANUNCIA LICITAÇÃO DE OBRAS DA TRANSNORDESTINA EM PERNAMBUCO PARA SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

Ministro Renan Filho, em reunião com ministro Costa Filho (Portos e Aeroportos), destaca a importância da obra para o desenvolvimento regional



Os ministros dos Transportes, Renan Filho, e de Portos e Aeroportos, Sílvia Costa Filho, anunciam abertura do edital de licitação para o trecho da ferrovia Transnordestina em Pernambuco para o segundo semestre de 2025 - Foto: Márcio Ferreira

Os ministros dos Transportes, Renan Filho, e de Portos e Aeroportos, Sílvia Costa Filho, informaram, em reunião nesta quinta-feira (13), que a abertura do edital de licitação para o trecho da ferrovia Transnordestina em Pernambuco está prevista para o segundo semestre de 2025. “Nós esperamos no começo do segundo semestre publicar o edital de licitação, e com licitação bem-sucedida, começarmos as obras para reincluir o estado de Pernambuco na estratégia de desenvolvimento do Nordeste”, afirmou o ministro Renan Filho.

A obra é considerada crucial para o desenvolvimento do Nordeste e para a integração regional. A Transnordestina, com uma extensão total de 1.753 quilômetros, ligará o Porto de Pecém (CE) e o Porto de Suape (PE) ao Piauí. Atualmente, a ferrovia está em construção no Piauí e no Ceará, com mais de 2,5 mil operários trabalhando.

A Transnordestina é vista como fundamental para o escoamento da produção de grãos, a redução da pressão sobre as estradas da região e a diminuição das emissões de gases poluentes. “A Transnordestina em Pernambuco será uma obra fundamental para o desenvolvimento do estado”, reforçou o ministro Sílvia Costa Filho.

Durante o encontro, os ministros também discutiram outras obras importantes para Pernambuco, como a duplicação da BR-423, a conclusão da BR-104 e investimentos na BR-232.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 14/03/2025



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A ÁSIA NO HORIZONTE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A iniciativa do Governo Federal ao estreitar laços com os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático – Asean – é um passo estratégico para diversificar ainda mais os parceiros comerciais do Brasil. A aproximação com essa região, que abriga algumas das economias mais dinâmicas do mundo, é fundamental para garantir a expansão do comércio exterior brasileiro e para impulsionar o desenvolvimento econômico do País.

A Asean, que reúne 10 países com um Produto Interno Bruto (PIB) em constante crescimento, representa um mercado promissor para os produtos brasileiros. Nesse sentido, fomentar essa parceria e, assim, diversificar as relações comerciais são essenciais para reduzir a dependência do Brasil em relação a poucos mercados e para garantir a resiliência da economia brasileira diante de eventuais crises internacionais.

A realização de visitas oficiais, como a que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará ao Vietnã, é fundamental para fortalecer os laços comerciais e identificar novas oportunidades de negócios. A assinatura de acordos para importação ou exportação e a promoção de missões empresariais são medidas que podem impulsionar o comércio bilateral e atrair investimentos para o Brasil.

E para facilitar o acesso a esses mercados asiáticos, a melhoria da infraestrutura de transportes, com a modernização de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, é essencial. A conectividade aérea, em particular, é fundamental para ampliar o fluxo de pessoas e mercadorias entre o Brasil e os países da Asean.

A agenda da sustentabilidade, com destaque para a energia renovável e a descarbonização, é outro ponto forte para a relação entre o Brasil e os países da Asean. A cooperação em áreas como meio ambiente e tecnologia pode gerar benefícios mútuos e fortalecer os laços entre os países.

É fundamental que o Governo Federal avance nas conversas com a Asean e continue a investir na diversificação dos parceiros comerciais do Brasil, buscando novas oportunidades de negócios em diferentes regiões do mundo. A expansão do comércio exterior é essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico do País, gerar empregos e renda e garantir a competitividade do Brasil no mercado global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

IMPOSTO ZERADO 1

A eliminação do Imposto de Importação para alimentos só valerá para carnes desossadas bovinas e não beneficiará outros pos de carne, como as de porco e de aves, decidiu nessa quinta-feira, dia 13, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex). O órgão oficializou a medida anunciada na semana passada para segurar o preço de alimentos, detalhando os itens com tarifa zerada. A lista com os códigos de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) tem nove tipos de alimentos divididos em dez NCM, porque a redução para o café beneficia a versão torrada e a versão em grão não-torrada.

IMPOSTO ZERADO 2

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou que a redução entrará em vigor nesta sexta-feira, quando a resolução da Camex será publicada no Diário Oficial da União.

IMPOSTO ZERADO 3

Além da carne desossada de bovinos e os cafés torrados e não torrados, terão o Imposto de Importação zerado os seguintes alimentos: milho em grão; massas alimentícias, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo; bolachas e biscoitos; azeite de oliva extravirgem; óleo de girassol; outros açúcares de cana; e preparações e conservas de sardinhas.

OLHO POR OLHO 1

Logo após anunciar a eliminação do imposto de importação sobre esses nove tipos de alimentos, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, comentou, nessa quinta-feira, a sobretaxação em 25% do aço e do alumínio pelos Estados Unidos. Ele disse que essa medida não foi decidida por causa do Brasil, mas prejudicará o País e o comércio global. E classificou de “equivocada” a decisão do governo de Donald Trump.

OLHO POR OLHO 2

“Entendemos que o caminho não é olho por olho. Se fizer olho por olho, vai ficar todo mundo cego. Comércio exterior é ganha, ganha. Ganha quem tem mais competitividade para exportar e ganha o conjunto da sociedade. O caminho é a reciprocidade e buscar diálogo”, declarou o vice-presidente.

O SOBRINHO

O diretor-geral interino da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Caio Farias, é parente próximo de um dos grandes personagens da vida política brasileira no final do século passado. Poucos sabem, mas ele é sobrinho de Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor de Mello e que foi assassinado em 1996. A chegada de Caio à Antaq em dezembro de 2022 foi apoiada, principalmente, pelo então poderoso presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

NACIONAL - PRODUÇÃO DE GRÃOS DEVE CRESCER 10,3% E ALCANÇAR RECORDE, PROJETA CONAB

Estimativa da companhia de abastecimento indica que o Brasil deve colher 328,3 milhões de toneladas de grãos

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



soja - A alta é impulsionada pela expansão da área plantada, que deve atingir 81,6 milhões de hectares, e a recuperação da produtividade média, estimada em 4,02 toneladas por hectare. Foto: Reprodução/Governo Federal

O Brasil deve colher 328,3 milhões de toneladas de grãos na safra 2024/25, segundo o sexto levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nesta quinta-feira (13). O volume representa um crescimento de 10,3% em relação à safra anterior, com um acréscimo de 30,6 milhões de toneladas na produção nacional. Caso as projeções se confirmem, o país atingirá um novo recorde na colheita de grãos.



De acordo com a Conab, o aumento é impulsionado pela expansão da área plantada, que deve alcançar 81,6 milhões de hectares, e pela recuperação da produtividade média, estimada em 4,02 toneladas por hectare. “As previsões deste sexto levantamento são mais positivas ainda do que as do quinto levantamento”, destacou o presidente da Conab, Edegar Pretto, que classificou a safra como “histórica”.

Principal cultura da primeira safra, a soja deve atingir uma produção de 167,4 milhões de toneladas, um crescimento de 13,3% em relação ao ciclo anterior. A área plantada do grão aumentou 2,8%, chegando a 47,45 milhões de hectares. Com esses números, o Brasil se mantém na liderança mundial da produção de soja.

Apesar do excesso de chuvas em janeiro, que atrasou o plantio e o início da colheita em alguns estados, a estiagem de fevereiro possibilitou um avanço significativo. Até agora, 60,9% da área total foi colhida. “A diminuição das chuvas no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, que trouxe uma quebra na produção da soja (local), teve uma extraordinária recuperação nas demais regiões, como o Centro-Oeste”, explicou Pretto.

A Conab estima que a produção de milho na safra 2024/25 será de 122,76 milhões de toneladas, um aumento de 6,1% em relação ao ciclo anterior. A área plantada deve chegar a 21,14 milhões de hectares, com crescimento de 0,4%.

No entanto, o plantio da segunda safra de milho ainda preocupa, com 83,1% da área prevista já semeada, um percentual abaixo do registrado no último ciclo.

Segundo Pretto, a diminuição das chuvas “traz certa preocupação para o fim do plantio do milho”. Ele destacou a importância do grão para a produção de ração animal. “Ter mais milho em oferta, tanto para o nosso Brasil quanto para o exterior, é importante para a economia. O governo tem uma atenção especial para a ração animal e também sobre o preço da carne para os consumidores”.

Arroz e feijão

O arroz registrou um aumento de 6,5% na área plantada, atingindo 1,7 milhão de hectares, a maior dos últimos sete anos. A produtividade média também subiu 7,3%, chegando a 7.063 quilos por hectare. Com isso, a produção deve alcançar 12,1 milhões de toneladas. “O que é muito positivo porque (o arroz) é uma das culturas importantes para o nosso consumo interno”, ressaltou Pretto.

O feijão, outro alimento essencial para a mesa dos brasileiros, deve registrar um leve aumento de 1,5% na produção, com uma colheita estimada de 3,29 milhões de toneladas. Segundo a Conab, a elevação se deve à melhora na produtividade, já que a área plantada segue praticamente estável.

Pretto destacou que a política de apoio à agricultura familiar tem garantido juros mais baixos para a produção de alimentos como arroz e feijão. “Neste ano, estamos fazendo a colheita das boas políticas plantadas no ano passado”, comemorou.

Algodão e trigo

A produção de algodão em pluma pode atingir um novo recorde, com 3,82 milhões de toneladas, caso se confirme o crescimento de 3,3% em relação à última safra. A área semeada aumentou para cerca de 2 milhões de hectares.

O trigo, por sua vez, deve ter uma safra de 9,11 milhões de toneladas, um crescimento expressivo de 15,6% em comparação ao ciclo anterior. Apesar da redução de 2,1% na área plantada, a Conab prevê boas condições climáticas para o cultivo do grão até o fim do inverno.

A Conab reforça que acompanha de perto o desempenho da safra e recomenda que o governo federal mantenha políticas de incentivo à produção agrícola. “Nossa recomendação é que o governo federal continue com as boas políticas de incentivos para alcançar com a mão amiga o produtor, de modo a aumentar a oferta de alimentos no país e equilibrar os preços, que sejam justos aos consumidores”, afirmou Pretto.

O boletim completo com todas as informações sobre a safra 2024/25 está disponível no site da Conab (www.conab.gov.br).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

FERROVIAS - RENAN FILHO E SILVIO COSTA FILHO UNIDOS PELA TRANSNORDESTINA

Abertura de edital de licitação para o trecho pernambucano está prevista para o segundo semestre de 2025, com investimentos de mais de R\$ 5 bilhões.

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Os ministros dos Transportes, Renan Filho, e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciaram, em reunião realizada na quinta-feira (13), que a abertura do edital de licitação para o trecho da ferrovia Transnordestina em Pernambuco está prevista para o segundo semestre de 2025.



Renan Filho e Silvio Costa Filho conversaram sobre o trecho de 1.753 quilômetros de extensão da Transnordestina, conectando os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) ao Piauí. Foto: Márcio Ferreira/MT

“Nós esperamos no começo do segundo semestre publicar o edital de licitação, e com licitação bem-sucedida, começarmos as obras para reincluir o estado de Pernambuco na estratégia de desenvolvimento do Nordeste”, afirmou o ministro Renan Filho.

A obra é vista como essencial para o crescimento do Nordeste e a integração regional. Com 1.753 quilômetros de extensão, a Transnordestina conectará os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) ao Piauí. A construção da ferrovia segue em andamento no Piauí e Ceará, com mais de 2.500 trabalhadores envolvidos.

A ferrovia é considerada crucial pelo governo federal para o escoamento de grãos, aliviando as estradas da região e reduzindo a emissão de gases poluentes. “A Transnordestina em Pernambuco será uma obra fundamental para o desenvolvimento do estado”, destacou o ministro Silvio Costa Filho.

Durante o fórum estadual Pernambuco Export, realizado em 20 de fevereiro, Silvio Costa Filho já havia enfatizado a dedicação do governo federal para a construção do trecho pernambucano da Transnordestina. Na ocasião, ele revelou um diálogo com Renan Filho, que demonstrou o empenho do Ministério dos Transportes em iniciar o processo licitatório ainda neste ano.

“Ele me disse: ‘Silvio, pode garantir que a Transnordestina (vai sair). Este ano estamos concluindo o projeto, e a nossa expectativa é que, ainda em 2025, a gente possa fazer a licitação’. Isso significa dizer investimentos de mais de R\$ 5 bilhões”, declarou Costa Filho.

Rodovias

No encontro, Renan Filho e Silvio Costa Filho também discutiram outras obras essenciais para Pernambuco, como a duplicação da BR-423, a conclusão da BR-104 e os investimentos na BR-232.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

BRASIL EXPORT- NACIONAL - BRASIL BUSCA FORTALECER LAÇOS COMERCIAIS COM PAÍSES DO SUDESTE ASIÁTICO

Governo aposta em concessões e desburocratização para atrair investimentos do bloco que representa o terceiro maior parceiro comercial do país

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redenenews.com.br



Costa Filho se pôs à disposição dos membros das embaixadas, do Legislativo e do setor privado para apresentar o que chamou de “janela de oportunidades” em projetos nacionais

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, afirmou nesta quinta-feira (13) que a pasta tem mobilizado esforços para atrair investimentos de parceiros econômicos de países orientais. A declaração foi durante o lançamento da Frente Parlamentar Brasil-Asean (Associação das Nações

do Sudeste Asiáticos), na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).

“O Brasil tem esse ano uma grande carteira de concessões para que a gente possa fazer investimentos em portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, e hoje temos grandes investidores da ASEAN que têm interesse estratégico em provar investimentos no Brasil”, disse.

Costa Filho se colocou à disposição dos membros das embaixadas, do Poder Legislativo e investidores do setor privado para apresentar o que chamou de “janela de oportunidades” em projetos nacionais.

A Asean reúne 10 países: Brunei, Laos, Indonésia, Myanmar, Malásia, Camboja, Filipinas, Tailândia, Vietnã e Singapura, e representa o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, depois de China e Estados Unidos.

O ministro destacou que o Produto Interno Bruto do bloco cresceu em média 4,5% no último ano e que iniciativas do governo federal, como o projeto de lei da reforma tributária e a desburocratização do setor logístico, vão gerar mais previsibilidade e um melhor ambiente de negócios para atrair mais parcerias com o mercado em expansão e os possíveis consumidores potenciais.

“O Brasil tem uma excelente pauta na agenda da sustentabilidade, da energia verde, sustentável e descarbonização. O que a gente percebe: o mundo hoje quer produzir, quer investir”, completou Costa Filho.

O presidente da Frente, deputado Waldemar Oliveira (Avante-PE), detalhou que o Brasil, como a maior economia da América Latina, embora esteja geograficamente distante da ASEAN, compartilha com os países da associação valores e objetivos comuns em áreas como o multilateralismo, comércio internacional e sustentabilidade.

“A expansão do comércio entre o Brasil e os países que compõem a Frente pode ser vista como uma prioridade estratégica, tanto no âmbito econômico quanto no político”, afirmou Oliveira.

“Em 2020, o comércio entre o Brasil e a ASEAN somou mais de US\$ 22 bilhões, o que representa um aumento de 30% em relação aos anos anteriores. Esse número reflete não só o potencial de crescimento, mas também o interesse crescente de ambas as partes em estreitar as suas relações comerciais”, finalizou.

A Associação de Nações do Sudeste Asiático foi fundada em 1967 para impulsionar o desenvolvimento econômico dos países da região.



O embaixador e secretário de Ásia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores, Eduardo Paes Saboia, destacou a importância da infraestrutura nacional para o acesso a novos mercados asiáticos. “A conectividade aérea é essencial para ampliar o acesso a esses países”, afirmou.

Segundo Saboia, o comércio entre o bloco e o Brasil cresceu dez vezes entre 2004 e 2024, e um quinto do superávit global comercial do país vem dos países do Sudeste Asiático. Ele informou que o presidente Lula realizará, ainda em março, uma visita oficial ao Vietnã para buscar novos negócios.

“O presidente Lula viajará ao Vietnã no final do mês. Firmaremos novos acordos que facilitarão as exportações brasileiras, além de promover a diversificação do comércio, a cooperação em defesa, ciência e tecnologia e o desenvolvimento da energia renovável”.

Também participaram do evento o embaixador do Vietnã no Brasil, Bui Van Nghi, o deputado Fausto Ruy Pinato (PP-SP) e o senador Eduardo Gomes (PL-TO).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

BRASIL EXPORT- NACIONAL - GOVERNO PUBLICA INSTRUÇÃO NORMATIVA E PRORROGA REPORTO ATÉ 2028

Benefício fiscal para modernização dos portos brasileiros é restabelecido, garantindo isenção de impostos para equipamentos e peças

Por **YUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br

Foi publicada na edição de quinta-feira (13) do *Diário Oficial da União* a Instrução Normativa RFB nº 2.252/2025, que restabelece o Regime Tributário Foi publicada na edição de quinta-feira (13) do *Diário Oficial da União* a Instrução Normativa RFB nº 2.252/2025, que restabelece o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até 2028. A norma, assinada pelo secretário especial da Receita Federal, Robinson Sakiyama Barreirinhas, garante a continuidade do benefício fiscal voltado ao setor portuário.

O Reporto concede isenção de tributos na importação e aquisição de máquinas, equipamentos e peças destinadas à modernização da infraestrutura portuária. O regime beneficia empresas concessionárias do setor, reduzindo custos operacionais e incentivando investimentos estratégicos em terminais marítimos, ferroviários e rodoviários vinculados às operações portuárias.

A nova instrução normativa reforça a validade do benefício, que se aplica às importações e aquisições realizadas até 31 de dezembro de 2020 e foi retomado para o período entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2028. O regime esteve suspenso em 2021 devido a um veto presidencial. Embora a prorrogação do Reporto estivesse prevista para além de 2020, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou a medida. No entanto, o Congresso Nacional derrubou o veto e restabeleceu o regime em 2022, inicialmente com validade até 2023. Posteriormente, os parlamentares aprovaram uma nova prorrogação, estendendo o benefício até o final de 2028.

Para o governo e o setor portuário, o restabelecimento do Reporto é visto como um estímulo à competitividade, viabilizando investimentos que modernizam as operações e melhoram a eficiência da logística nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

BRASIL EXPORT – NACIONAL - TRANSPORTE AÉREO E ACESSIBILIDADE: ESPECIALISTAS PEDEM DIRETRIZES MAIS CLARAS

Audiência pública da Anac discute revisão de normas para passageiros com deficiência e mobilidade reduzida

Por **YUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Uma das principais críticas apontadas durante a audiência pública da Anac foi a falta de precisão na definição do público-alvo da norma sobre acessibilidade no transporte aéreo

A necessidade de maior clareza nas diretrizes que compõem as normas sobre acessibilidade no transporte aéreo foi tema de discussão durante audiência pública realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na quinta-feira (13), em Brasília (DF). O período para coleta de sugestões e contribuições do setor produtivo e demais interessados

vai até o dia 27 deste mês e pode ser feito por meio do site Participa + Brasil, do governo federal.

A GENTE AVALIOU QUE MUITAS PESSOAS QUE SOLICITAM CADEIRAS DE RODAS, POR EXEMPLO, NÃO PRECISAM. MUITAS VEZES, ELAS TÊM MEDO PORQUE NÃO CONHECEM O PORTÃO DE EMBARQUE OU QUEREM PASSAR MAIS RAPIDAMENTE NO RAIO X DA RECEITA FEDERAL”

ERIKA FELIPE ALENCAR
consultora da empresa Sinal Link Acessibilidade

Uma das principais críticas foi a falta de precisão na definição do público-alvo das normas. Erika Felipe Alencar, consultora da empresa Sinal Link Acessibilidade, destacou a importância de delimitar de forma precisa para quem as regras são destinadas. Segundo ela, legislações internacionais, como as da Europa e dos Estados Unidos, especificam que as normas se aplicam a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, enquanto a abertura para um público mais amplo pode gerar impactos operacionais e custos adicionais às companhias aéreas.

“A gente avaliou que muitas pessoas que solicitam cadeiras de rodas, por exemplo, não precisam. Muitas vezes, elas têm medo porque não conhecem o portão de embarque ou querem passar mais rapidamente no raio X da Receita Federal”, afirmou. “Deixar isso subjetivo acaba trazendo muitos prejuízos. Deixar esse termo aberto para qualquer pessoa pode gerar impactos significativos”, completou.

O PERÍODO PARA COLETA DE SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES DO SETOR PRODUTIVO E DEMAIS INTERESSADOS VAI ATÉ O DIA 27 DESTES MÊS E PODE SER FEITO POR MEIO DO SITE PARTICIPA + BRASIL, DO GOVERNO FEDERAL

A atleta paralímpica e repórter Carla Maia Limp de Azevedo pontuou a proposta de isenção total na passagem para acompanhantes de pessoas com deficiência severa, ponderando que a atualização do instrumento normativo deve levar em conta casos de viajantes que se sentem aptos a viajar sem a necessidade de suporte.

“Mesmo com a isenção total na passagem do acompanhante, há outros custos, como alimentação e hospedagem. Acredito que as pessoas com deficiência que se sintam capazes de viajar sozinhas possam assinar algum termo de segurança e viajar sem a exigência do acompanhamento”, disse.

Outra questão discutida foi o prazo de validade do Fremec (Cartão Médico do Passageiro Frequente), documento utilizado por pessoas com deficiência para comprovação da necessidade de assistência especial. Atualmente, a renovação anual exige consulta médica periódica, o que, na opinião de Carla Maia, gera dificuldades para aqueles que possuem mobilidade reduzida.

“Poderia haver um banco de dados, e toda vez que eu fosse comprar uma passagem, essa informação já estaria registrada”.

Natalia Maria, mãe atípica — termo usado para descrever mães de crianças com deficiência ou necessidades especiais —, completou a sugestão sobre o Fremec e reforçou que há uma disparidade entre as empresas no recebimento desse documento. “A gente precisa de algo padronizado, que estabeleça claramente as condições, como, por exemplo: ‘Tal empresa é assim, outra é de um jeito assado’. Precisamos desse documento único, vinculado ao CPF, para que o Fremec anual seja mais acessível e eficiente”.

Já o procurador do Distrito Federal, Júlio César Aguiar Barreto, expressou preocupação com a proposta de suprimir especificações operativas das companhias aéreas. Ele alertou que permitir que cada empresa defina unilateralmente seus próprios critérios pode comprometer o princípio da igualdade e gerar insegurança para a população que depende do serviço.

“Por se tratar de uma norma restritiva de direito da pessoa com deficiência, essa restrição deve estar prevista apenas em normas da Anac. (...) A Gol pode estabelecer determinados quesitos, a Azul e a Latam podem estabelecer outros e, quando a pessoa com deficiência for viajar, não haverá segurança jurídica para saber se ela poderá embarcar normalmente ou se enfrentará restrições à prestação do serviço”.

Revisão

A Audiência Pública nº 02/ 2025 coletou sugestões para a revisão da Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, que busca garantir mais inclusão, autonomia e segurança para Passageiros com Necessidades de Assistência Especial (PNAE).

O diretor da Anac, Adriano Miranda, reconheceu que, nos mais de 10 anos em que a atual norma está em vigor, há “defeitos e imperfeições” na redação do texto. “A gente quer rerar barreiras para que todos possam voar e andar de maneira segura”.

Ao todo, 144 pessoas se inscreveram para participar da audiência. O debate foi conduzido por Ana Moa, chefe da Assessoria Técnica da Anac, pelo superintendente substituto de Acompanhamento de Serviços Aéreos, Yuri César Cherman, e pelo coordenador de normas, análise de autos de infração e demandas internas da SAS, Rafael Braga.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

REGIÃO SUDESTE - PASSARELA DESABA NA ANCHIETA APÓS COLISÃO; HÁ CONGESTIONAMENTO NOS DOIS SENTIDOS

O motorista não se feriu e não há vítimas, segundo informações dos agentes do Corpo de Bombeiros que atuam no local do acidente

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Uma passarela de pedestres localizada na Rodovia Anchieta, em Cubatão, desabou após um caminhão bater contra a sua estrutura, no início da noite desta quinta-feira (13). Foto: Guarujá Mil Grau

Uma passarela de pedestres desabou na noite desta quinta-feira (13) após ser atingida por um caminhão na Via Anchieta, na altura do km 52, em Cubatão (SP). O impacto da colisão fez com que a estrutura cedesse completamente, bloqueando a via nos dois

sentidos. Segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), a carreta colidiu contra a passarela, derrubando a estrutura e interditando a rodovia nos sentidos litoral e capital paulista.

A Ecovias Imigrantes, concessionária responsável pela administração da rodovia, interditou a pista norte no km 56 e a pista sul no km 40, seguindo protocolos operacionais. Motoristas estão sendo orientados, por meio dos painéis eletrônicos da rodovia, a utilizarem a Rodovia dos Imigrantes como rota alternava para evitar congestionamentos.

Imagens divulgadas nas redes sociais mostram os escombros da passarela espalhados pela via. Equipes da Polícia Militar Rodoviária, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil Municipal e da Companhia Municipal de Trânsito de Cubatão atuam no local. Um guindaste foi acionado para auxiliar na remoção da estrutura.

Motoristas também postaram imagens do congestionamento, principalmente de caminhões na Anchieta.

A concessionária anunciou, por volta das 19h35, que veículos de passeio deveriam utilizar a Rodovia dos Imigrantes para a descida e subida da serra. Às 20h, informou que havia congestionamento na rodovia, no sendo litoral, do km 28 ao km 40.

Segundo o Corpo de Bombeiros, o motorista do caminhão sofreu ferimentos leves, mas recusou atendimento médico. Não há informações sobre outras vítimas.

De acordo com a Prefeitura de Cubatão, a Secretaria de Assistência Social esteve presente no local para acompanhar a situação das famílias que vivem nas proximidades.

Ainda não há previsão para a retirada dos escombros e a liberação total da rodovia. Equipes de resgate e manutenção seguiam trabalhando na desobstrução do trecho até o fechamento desta edição.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

REGIÃO SUDESTE - PETROLEIRO DESGOVERNADO COLIDE COM EMBARCAÇÕES DA MARINHA EM SANTOS

Navio Olavo Bilac teve problemas no leme e acabou batendo no cais da Capitania dos Portos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O petroleiro Olavo Bilac transportava 50 mil toneladas de óleo combustível. Após o acidente, foi levado até o cais da Alemoa 1, apresentando danos na lateral, próximo à proa

O navio petroleiro Olavo Bilac colidiu com três embarcações da Marinha do Brasil que estavam atracadas no Porto de Santos (SP) após apresentar problemas durante uma manobra. O acidente ocorreu na noite de quarta-feira

(12) e feriu um oficial da força naval. Na quinta-feira, autoridades trabalharam para avaliar os danos causados.

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que a embarcação havia operado no cais da Alemoa 1 e se preparava para uma nova operação, desta vez no cais Outeirinhos 1, quando apresentou uma falha no leme e acabou colidindo. O acidente ocorreu às 23h20.

Imagens de câmeras de monitoramento registraram o momento em que o navio petroleiro atingiu o costado da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP). No vídeo, é possível ver o instante da

colisão. Pouco depois, o petroleiro atingiu o navio-patrolha Guajará (P-44). Já desgovernado, o navio colidiu em seguida com outras duas embarcações, Maracanã e Guaporé.

O petroleiro transportava 50 mil toneladas de óleo combustível. Após o acidente, foi conduzido, com o auxílio de rebocadores, até o cais da Alemoa 1, apresentando danos significativos na lateral, próximo à proa.

Durante todo o dia, peritos da Capitania dos Portos embarcaram na embarcação para avaliar sua condição. O navio está impedido de navegar por tempo indeterminado.

Na quinta-feira (31), profissionais da Marinha e da Autoridade Portuária de Santos (APS) inspecionaram o trecho do cais atingido pelo navio e avaliaram as condições das embarcações envolvidas no acidente.

Em nota, a Capitania dos Portos informou que os navios não tiveram a fluidez comprometida e continuam atracados no cais. Ainda segundo o órgão, o militar ferido sofreu escoriações, foi socorrido e encaminhado à Santa Casa de Santos. Ele já recebeu alta hospitalar.

A Capitania instaurou um Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) para investigar as circunstâncias do ocorrido.

Em comunicado oficial, a Transpetro informou que o acidente ocorreu após um travamento no leme do navio Olavo Bilac e garantiu que não houve vazamento de óleo. A companhia afirmou que aguarda autorização da Marinha do Brasil para acessar o local e instaurar uma comissão de investigação sobre as causas do acidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025

PORTUGAL - PRESIDENTE DE PORTUGAL DISSOLVE PARLAMENTO E CONVOCA NOVAS ELEIÇÕES

Com a derrota do primeiro-ministro Luís Montenegro em moção de confiança, Marcelo Rebelo de Sousa marcou novo pleito para 18 de maio

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o primeiro-ministro Luís Montenegro, que assumiu o cargo em março de 2024 e não conseguiu reverter a crescente pressão da oposição

Portugal entrará em um novo ciclo político após o presidente Marcelo Rebelo de Sousa anunciar, na quinta-feira (13), a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições antecipadas para 18 de maio. A decisão marca o fim do governo do primeiro-ministro Luís Montenegro, que sofreu uma derrota histórica no Legislativo.

A crise política se agravou na terça-feira (11), quando Montenegro perdeu uma moção de confiança por 142 votos a 88. Esse mecanismo permite que um governo teste se ainda tem apoio suficiente no Parlamento para continuar governando. Sem maioria, a rejeição da moção significou a perda do mandato.

Montenegro, que assumiu o cargo há cerca de um ano, tentou reverter a crescente pressão da oposição ao propor a moção, mas a estratégia falhou. Seu governo vinha sendo alvo de críticas devido a suspeitas de favorecimento à Spinumviva, empresa de consultoria que ele fundou e que atualmente é administrada por seus filhos. O ex-premiê foi acusado de se beneficiar de um contrato

de 4.500 euros (cerca de R\$24.500) mensais com uma operadora de cassinos. Ele negou qualquer irregularidade e alegou que a empresa mantém contratos exclusivamente privados.

A falta de maioria parlamentar foi um obstáculo constante para Montenegro, que governava com um gabinete minoritário do Pardo Social Democrata (PSD). Sua gestão se tornou ainda mais frágil com a oposição unida contra ele. Tanto o Pardo Socialista, de centro-esquerda, quanto o Chega, de extrema direita, desempenharam um papel decisivo na rejeição da moção.

Com a dissolução do Parlamento, os portugueses se preparam para retornar às urnas pela terceira vez em pouco mais de três anos. Em 2022, elegeram António Costa, que renunciou em novembro de 2023 após ser alvo de uma investigação policial. Já em março de 2024, Montenegro venceu por uma margem apertada de menos de 2 mil votos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/03/2025



JORNAL DA ORLA - SP

MINISTRO DO TCU, VITAL DO RÊGO, FARÁ PALESTRA NO SANTOS EXPORT

Por Mariana Nerome



Divulgação/Brasil Export

O ministro Vital do Rêgo estará, na próxima terça-feira (18), participando do Santos Export, evento promovido pelo Grupo Brasil Export, que acontecerá na terça e quarta-feira (19). Durante o evento, ele fará uma palestra sobre o papel do Tribunal de Contas da União (TCU) nas análises e autorizações dos processos de licitação portuária, com foco em garantir transparência e justiça. Esta será a segunda participação do ministro nas atividades do grupo, que reúne autoridades, empresários e especialistas para discutir o cenário

logístico nacional.

O primeiro bloco de leilões portuários de 2025 será realizado no dia 30 de abril, com a licitação de áreas nos portos do Rio de Janeiro (RJ) e Paranaguá (PR). A expectativa da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Governo Federal é realizar 20 arrendamentos de áreas em 2025, além da primeira concessão de um canal de acesso nos portos do país. Os investimentos podem chegar a R\$ 8,54 bilhões.

Para garantir que cada processo licitatório seja justo e transparente, o Tribunal de Contas da União (TCU) atua com cautela nas análises e autorizações pertinentes. O papel do órgão será destacado no evento, com o ministro Vital do Rêgo abordando as ações da corte de contas em relação à infraestrutura e logística portuária.

Em 2024, durante o fórum nacional Brasil Export, Vital do Rêgo enfatizou a necessidade de investir em infraestrutura, destacando que o desempenho do setor no PIB (Produto Interno Bruto) nacional corresponde a apenas 1,79%. Ele também mencionou que, embora R\$ 14 bilhões tenham sido alocados para a área de transporte, apenas R\$ 9 bilhões foram utilizados.

“O desempenho do setor de infraestrutura no PIB nacional corresponde a apenas 1,79%. Na área de transporte, foram alocados R\$ 14 bilhões, mas usamos apenas R\$9 bilhões. Nossa infraestrutura não recebe a atenção necessária em um país continental como o nosso”, disse.

INVESTIMENTO

O Tribunal de Contas da União tem sugerido que o Governo atenda às recomendações de aumentar o investimento de 1,8% do PIB para pelo menos 3% na área de infraestrutura, dentro de um período de três anos, como parte do plano nacional de logística. Além disso, é necessário melhorar a acessibilidade dos investidores no país, o que passa, segundo o presidente do tribunal, pela confiança nos processos de arrendamento.

Em sua gestão como presidente da corte, iniciada neste ano, Vital do Rêgo trabalha em uma nova abordagem em relação ao setor de infraestrutura, posicionando o TCU como facilitador. “Queremos dar mais celeridade aos processos, reunindo as empresas e as agências reguladoras para buscar um reequilíbrio e tornar os contratos com o setor privado mais duradouros”, detalhou.

TECON SANTOS 10

Em 2024, foi o Tribunal de Contas da União que determinou que o Ministério de Portos e Aeroportos e a Autoridade Portuária de Santos (APS) retomassem a licitação do terminal STS10 – agora chamado Tecon Santos 10 -, voltado para contêineres, no cais do Saboó. A solicitação ocorreu após a área técnica do TCU fazer uma auditoria sobre a paralisação do processo em 2022.

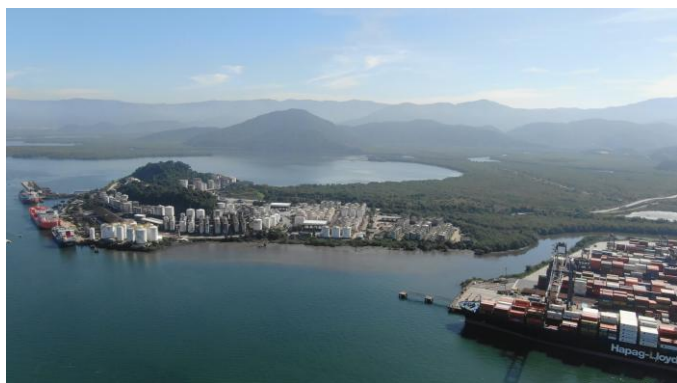
Agora, o processo teve andamento e tem audiência pública marcada para março. Após essa etapa, o projeto deve ser enviado ao TCU no fim de abril. Se aprovado, a expectativa é que a publicação do edital seja feita em setembro e o leilão em dezembro deste ano, para que o contrato seja assinado em meados de 2026.

Fonte: Jornal da Orla - SP

Data: 14/03/2025

APS PUBLICA LICITAÇÃO PARA OBRAS DE ACESSO À ILHA BARNABÉ

Por Cássio Lyra



Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) tornou público, ontem (10), um processo licitatório que visa a contratação para o projeto básico das obras de readequação e duplicação da rodovia de acesso à Ilha Barnabé, localizada na margem esquerda do complexo portuário santista, em Guarujá. De acordo com a companhia, as melhorias no acesso rodoviário visam atender ao aumento das operações portuárias na margem esquerda, principalmente

granéis líquidos, além do crescimento das movimentações de contêineres do terminal privado da Dubai Ports World (DP World Brazil).

Segundo a APS, o projeto básico deve contemplar a implantação de duas novas faixas de rolamento em uma extensão de 2,7 quilômetros, pontes sobre os rios Diana e Sandi, restauração do pavimento existente e integração com o viaduto de transposição das linhas férreas, entre outras características.

Ainda de acordo com o edital, o projeto básico deve considerar a necessidade de manutenção ininterrupta da operação do porto e dos acessos rodoviário e ferroviário.

O documento também especifica que a empresa vencedora do processo licitatório terá o prazo de 16 meses para elaborar o projeto básico a partir da data de assinatura com a Autoridade Portuária.

O edital e seus respectivos anexos para o projeto básico podem ser consultados na página de licitações no site da APS. As empresas proponentes poderão enviar suas propostas até às 10 horas do dia 31 de março.

Em 2024, a movimentação de graneis líquidos somou 19,6 milhões de toneladas, registrando a maior marca histórica para o segmento. Destaque para o aumento na movimentação de gasolina (+48,2%) e óleo diesel e gasóleo (+25,8%); em janeiro de 2025, o embarque de óleo diesel e gasóleo cresceu 89,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: *Jornal da Orla - SP*

Data: 14/03/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

GOVERNO DEVE AUMENTAR PERCENTUAL DE ETANOL NA GASOLINA PARA 30% AINDA EM 2025, DIZ MINISTRO

Por João Paulo - 14/03/2025 10:59



O governo deve aumentar o percentual de etanol anidro na gasolina para 30% ainda em 2025. A informação é do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista exclusiva à TV Globo e ao g1. “Acho que nós temos oferta para chegar no E30 [30% de etanol] rapidamente, ainda neste ano”, declarou.

Silveira afirma que o aumento da mistura deve baratear a gasolina vendida aos consumidores. “O etanol é bem mais barato que a gasolina, então à medida que você aumenta, não tenha nenhuma

dúvida nem na questão da sustentabilidade, nem na questão econômica porque ele diminui o preço [da gasolina]”, declarou.

Para o ministro, o aumento da mistura também deve tornar o Brasil independente das importações de gasolina, uma vez que menos combustível fóssil seria usado para compor a gasolina comum – vendida nos postos com a adição do etanol. Segundo Silveira, ao se tornar autossuficiente na produção de gasolina, o país poderá rediscutir o modelo de precificação do combustível.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 14/03/2025

CHINA É AMEAÇA MAIOR DO QUE TARIFAS DE TRUMP PARA SETOR DE AÇO DO BRASIL, DIZ CSN

Por João Paulo - 14/03/2025 10:58



Foto: *Adobe Stock Photo*

Segundo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Brasil não tem só as tarifas de Trump para se preocupar em relação a exportação de aço. “O Brasil ainda é o quintal do mundo para a China enviar materiais”, disse o executivo da CSN, Luiz Fernando Martinez, em uma teleconferência de resultados nesta quinta-feira (13). As restrições comerciais dos EUA ao aço do Brasil são de preocupação secundária em comparação com o desequilíbrio das importações vindas de Pequim,

acrescentou ele.

Os comentários da fabricante vêm um dia após a entrada em vigor das tarifas de 25% do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre as importações de aço e alumínio para os EUA. Embora o Brasil tenha sido o segundo maior fornecedor de aço estrangeiro para os EUA no ano passado, de acordo com dados comerciais dos EUA, a CSN considera as importações vindas da China mais ameaçadoras ao setor.

No ano passado, o Brasil intensificou as proteções para suas siderúrgicas contra uma enxurrada de importações liderada pela China, impondo um sistema de cotas de importação a 11 tipos de produtos de liga. A medida foi “inócua” para preservar a competitividade do setor, disse Martinez, criticando a decisão do governo brasileiro de aprofundar investigações em um caso antidumping sobre produtos laminados a frio da China, apesar de já ter identificado danos à indústria doméstica.

Martinez disse que o Brasil deveria agora usar as mesmas táticas de outros países, aumentando o imposto sobre o aço chinês. “O que cabe ao Brasil agora é ctrl+c, ctrl+v do que o mundo está fazendo”, afirmou ele, acrescentando que outros países asiáticos, como Vietnã e Tailândia, aumentaram os impostos sobre as importações de aço chinês. (InvestNews)

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 14/03/2025



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

Fonte: *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

Data: 14/03/2025

Fonte: *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

Data: 14/03/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO LULA SE ARMA PARA EVITAR BLOQUEIOS E CORTES DE INVESTIMENTOS NO ORÇAMENTO

Por Manoel Ventura — Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros da Casa Civil, Rui Costa (à esq.), e da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O governo Lula está buscando uma saída para evitar um bloqueio de recursos no Orçamento federal, driblar eventuais cortes de investimentos e conseguir R\$ 12 bilhões em dinheiro extra para os próximos meses. Esse movimento ocorre em um momento de queda da popularidade do presidente.



Nesta semana, o governo avançou na possibilidade de sacar dinheiro parado em fundos que, no passado, foram abastecidos com recursos federais. É uma forma de aumentar as receitas da União. Além disso, fez ajustes pontuais na proposta orçamentária de modo a evitar grandes cortes de investimentos.

Os bloqueios e os cortes no Orçamento paralisam principalmente investimentos e a construção de novas obras, um ativo eleitoral para 2026 e uma preocupação constante no entorno de Lula após a piora na avaliação de seu governo pela população.

Antes mesmo de o Orçamento de 2025 ser aprovado — o que só deve ocorrer no fim de março —, integrantes do Palácio do Planalto avançaram na proposta de retirar por volta de R\$ 10 bilhões de fundos como forma de melhorar a arrecadação federal deste ano.

Também foram encaminhadas ao Congresso mudanças no Orçamento prevendo o aumento dos gastos com Previdência em “apenas” R\$ 8 bilhões, o que, segundo analistas, só cobre a atualização do salário mínimo, sem alterar outros pontos que devem pressionar as despesas ao longo do ano. Dessa forma, o governo evita cortar despesas não obrigatórias (como custeio e investimentos) para acomodar a Previdência.

Na lista de ajustes do Orçamento de 2025, foi incluído ainda um corte de R\$ 7,7 bilhões no Bolsa Família. Para integrantes da área social do governo, há fortes chances de a redução ser ajustada ao longo do ano. Isso indica que a redução foi feita apenas para evitar um corte de investimentos já na largada do ano.

Esse conjunto de medidas ajuda a “aliviar” o caixa e, além de afastar bloqueios, permite ao governo viabilizar outro desejo da área política: ampliar os gastos em cerca de R\$ 12 bilhões.

A lei do arcabouço fiscal autoriza o Executivo a aumentar o limite de gastos de um ano para absorver uma diferença de inflação, que, em 2025, representa um gasto extra desse montante. Mas esse gasto só existe se houver folga na meta fiscal, o que as medidas sugeridas indicam. A meta de resultado das contas públicas é um déficit zero, ou seja, receitas iguais às despesas, mas com um intervalo de tolerância que permite um déficit de até R\$ 31 bilhões.

A execução das despesas nos primeiros meses deste ano também aponta para uma folga nos gastos, que permitiria ampliar as despesas. Um relatório do banco BTG indica um crescimento estimado de 1% nos gastos no mês passado em comparação com o ano anterior, um alívio para as despesas federais. Analistas fazem cálculos, pois o dado oficial ainda não foi publicado.

Os artifícios do governo, porém, são remendos para permitir a liberação dos gastos. Enquanto isso, uma reforma mais estrutural das despesas para segurar o crescimento da dívida pública está descartada por essa gestão.

É um cenário que preocupa até mesmo integrantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, que admitem que a situação não se sustentará a partir de 2027. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, reconheceu nesta semana, por exemplo, que não será possível governar o país a partir do próximo mandato com o arcabouço fiscal que ela ajudou a elaborar. Ela também indicou uma “janela” para ajustes apenas após as eleições no ano que vem.

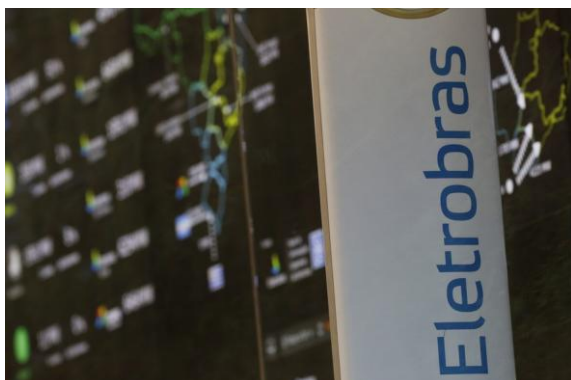
Sem esse ajuste estrutural, no entanto, será preciso sempre buscar atalhos e mecanismos que prejudicam a credibilidade fiscal do país.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 14/03/2025

DIVIDENDO RECORDE É RESPOSTA AOS INVESTIDORES, DIZ PRESIDENTE DA ELETROBRAS

Companhia vai distribuir R\$4 bilhões aos acionistas em relação ao resultado de 2024

Por Bruno Rosa



Eletrobras tem sede no Rio de Janeiro — Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

O presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro, disse que a proposta recorde de distribuição de dividendos é uma resposta aos investidores. A companhia informou ontem que vai distribuir R\$ 4 bilhões em referência ao resultado de 2024, maior que os R\$ 1,296 bilhão pagos em 2023.

A Eletrobras registrou um lucro líquido de R\$ 10,381 bilhões em 2024. O número representa uma alta de 136,2% em relação ao ano anterior. No quarto trimestre do ano passado, o lucro líquido foi de R\$ 1,112 bilhão, uma alta de 24,5% em relação ao terceiro trimestre.

-- Essa proposta de distribuição recorde de dividendos é a nossa resposta aos investidores desde os mais sofisticados, passando pelo pequeno acionista, bem como os mais de 300 mil CPFs que utilizaram seus FGTS e investiram durante o processo de privatização na compra de ações da Eletrobras -- disse Monteiro em conferência com analistas na manhã desta sexta-feira.

Acordo com a União

No fim de fevereiro, a Eletrobras e a União concluíram um acordo no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo fim da ação judicial sobre a participação do governo federal no Conselho de Administração após a privatização da companhia. O governo terá mais cadeiras no colegiado e, em contrapartida, a Eletrobras deixa de ter a obrigação de aportar recursos para a construção da Usina de Angra 3, que teve uma decisão adiada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Redução de custos

Após a privatização da companhia, no governo de Jair Bolsonaro, ficou estabelecido que nenhum acionista teria voto superior a 10% mesmo com percentual maior de ações. No caso do governo, a União tem 40% dos papéis. Com isso, o governo foi ao STF questionando a proibição aos acionistas da Eletrobras de exercerem seus votos.

Pelo acordo, a União poderá indicar três dos dez integrantes do Conselho de Administração e um dos cinco representantes do Conselho Fiscal da empresa. Antes, o governo tinha direito a um representante no colegiado, que contava com nove cadeiras. Em fevereiro, a empresa aprovou a ampliação do número de assentos do conselho para dez.

A receita bruta da empresa foi de R\$ 47,725 bilhões em 2024. O número representa uma alta de 7,3% em relação ao ano anterior.

A companhia destacou ainda a redução de custos. Em 2024, houve queda de cerca de R\$ 4 bilhões nos empréstimos compulsórios, número que chega a R\$ 12,5 bilhões se considerada a gestão de passivos desde 2022. As despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO), tiveram redução de 18% desde 2022.

Redução de 27% no número de funcionários

Em apresentação, a empresa informou que reduziu o número de empregados em 27%, passando de 10.508, em junho de 2022, para 7.710, em dezembro de 2024.

"A gestão de pessoas teve avanços decisivos com a aprovação do acordo coletivo de trabalho em todas as bases do Brasil e a vinculação da remuneração dos profissionais ao desempenho da empresa, com salários alinhados ao mercado", disse a companhia.

A Eletrobras, disse em comunicado, seguirá investindo em ritmo elevado e ampliará os esforços para que o foco em clientes ganhe relevância em suas operações. Segundo ele, a consolidação das transformações pós-privatização permitirá que a gestão da empresa dê ênfase cada vez maior no crescimento e ganhos de eficiência nos próximos anos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/03/2025

PARÁ COMEÇA RESTAURAÇÃO NA ÁREA CERTA, MAS PRECISA GARANTIR RENDA A QUEM ESTÁ NA TRIUNFO DO XINGU DEFENDENDO A FLORESTA

Por Míriam Leitão



Em visita a APA de Triunfo do Xingu, em 2022, a floresta é vista apenas no horizonte — Foto: Míriam Leitão

Unidade de conservação mais desmatada do país, Triunfo do Xingu será a primeira a ser concedida num novo modelo de concessão público privada para preservar a Floresta Amazônica, como revelou a reportagem de Ana Lúcia Azevedo, publicada nesta sexta-feira, no GLOBO. Eu conheço a APA, porque estive lá em reportagem. É, de fato, o melhor lugar para começar esse projeto de restauração pela destruição que lhe foi imposta nos últimos anos.

A oferta será de uma parte apenas da APA, área de 10,3 mil hectares e será feita no próximo dia 28, na B3. O modelo prevê gerar emprego e renda por meio da venda de créditos de carbono. Um projeto diferente de outros que conheço, pois, possibilita a retirada de árvores dentro de um planejamento, de regras de manejo. Troquei mensagens esta manhã com o governador do Pará, Helder Barbalho, e ele falou que, ainda este ano, duas outras áreas, também muito desmatadas, devem ser concedidas ao setor privado para a recuperação.



Árvore derrubada no meio da mata em Triunfo do Xingu: unidade de conservação é a mais desmatada do Brasil: oferta à concessão privada será feita dia 28, na B3 — Foto: Míriam Leitão

— Duas novas áreas de aproximadamente 15 mil hectares cada serão também licitadas este ano, com uma particularidade: serão aproximadamente 70% para restauro e 30% para REDD+ (conservação dos estiques florestais ainda existentes na área) - disse o governador.

Trazer o grande investidor para recuperar a Área de Preservação Ambiental de Triunfo do Xingu é importante. Mas tão importante quanto esse movimento de recuperação é criar mecanismos e modelos de investimentos que gerem renda para os pequenos produtores que estão lá resistindo na defesa da Floresta Amazônica, como Sr. Joaquim e dona Generina que conheci quando estive no local, em 2022, para uma grande reportagem que se transformou num documentário e no livro "Amazônia na encruzilhada".

Pastos abandonados são uma visão frequente na unidade de conservação de Triunfo do Xingu — Foto: Míriam Leitão

O casal mantém intocada mais de 80% da floresta de seus 32 hectares - ultrapassando o que determina a lei, tão constantemente desrespeitada - e mostra que, mesmo assim, é possível ser produtivo. Eles reservaram oito hectares para produção, só que a maior parte da cultura é de cacau, espécie nativa da região, o que faz essa fatia da terra ser considerada também de preservação. Além disso, produzem arroz, feijão, milho, macaxeira, frutas e têm viveiros nos quais cultivam mudas de espécies nativas para replantio.



Mais do que criar empregos, é fundamental que esses projetos tenham uma engenharia financeira que garanta a quem vive nessas áreas e tem um projeto exemplar, como Sr. Joaquim e dona Generina, recursos pela manutenção da floresta em pé. Porque lá tem crime, mas tem muita gente boa trabalhando.

Na minha passagem por essa APA - criada pelo governo federal, após o assassinato da irmã Dorothy Slang, em 2005 - aprendi muito sobre o que está errado, mas também sobre o que dá certo na Amazônia.

Quando estive em Triunfo, em 2022, quase não vi floresta. Rodávamos quilômetros vendo floresta apenas no horizonte. O que mais testemunhei nessa viagem foram áreas desmatadas, pastos abandonados, e áreas griladas. Essa é uma estratégia dos grileiros, eles desmatam tudo, roubam a madeira e deixam o pasto ali como uma reserva de valor, numa espécie de "se colar, colou". Isto é, se nenhuma autoridade tomar atitude, em alguns anos eles alegam que estão na terra há muito tempo e pleiteiam a propriedade.

Na minha passagem por Triunfo do Xingu, acompanhei a busca por criminosos em uma operação do Ibama e da Polícia Federal de repressão à grilagem e ao desmatamento. Em cinco anos, essa APA teve nada menos do que 103 km² de floresta derrubada para criação de pasto. A sua escolha para essa primeira concessão é acertada.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 14/03/2025

CONTAS DE UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E ESTATAIS FECHAM JANEIRO COM SUPERÁVIT DE R\$ 104 BILHÕES

Dívida bruta do país atingiu 75,3% do PIB no primeiro mês do ano
Por O Globo — Brasília



O prédio do Banco Central, em Brasília — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

As contas de União, estados, municípios e estatais fecharam o mês de janeiro com um superávit de R\$ 104,1 bilhões (ou 10,83% do PIB), informou nesta sexta-feira o Banco Central. O superávit ocorre quando as receitas do governo são maiores que as despesas.

No mesmo período do ano anterior o superávit foi de R\$ 102,1 bilhões (11,49% do PIB).

Agora, em janeiro deste ano, o governo federal ficou com as contas no azul em R\$ 83,1 bilhões, enquanto estados e municípios tiveram superávit de R\$ 22 bilhões. Já a estatais (com exceção da Petrobras e de bancos públicos), um déficit de R\$ 1 bilhão.

Em doze meses, o setor público consolidado obteve déficit de R\$ 45,6 bilhões, equivalente a 0,38% do PIB.

O resultado positivo do ano foi puxado por uma receita em alta, que subiu cerca de 3,5%, embora os dados finais não tenham sido divulgados por conta da greve dos auditores do Fisco.

No início do ano, o governo também tem gastado menos, por conta da não aprovação do Orçamento federal de 2025 agora, o que limita as despesas.

O resultado primário considera despesas e receitas sem levar em conta os gastos com rolagem da dívida pública. Quando se incorpora o pagamento dos juros, o superávit no mês passado cai para R\$ 63,7 bilhões.

A dívida bruta do país – que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 75,3% do PIB (R\$ 8,9 trilhões) em janeiro de 2025, redução de 0,8 p.p. em relação ao mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, dos resgates líquidos de dívida, da variação do PIB nominal e do efeito da valorização cambial.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/03/2025

CCR QUER GANHAR FÔLEGO FINANCEIRO PARA PARTICIPAR DOS PRÓXIMOS LEILÕES DE RODOVIAS

Margem de ganho no segmento é maior. Empresa contrata bancos para rever portfólio, mas não tem pressa de negociar ativos

Por João Sorima Neto — São Paulo



CCR quer ganhar fôlego financeiro para participar dos próximos leilões de rodovias — Foto: Divulgação/CCR RioSP

A CCR quer fazer caixa e participar de novas rodadas de concessão de rodovias, ativos de maior margem de ganho. No ano passado, a empresa já havia tornado público seu plano de se desfazer de concessões de aeroportos e de procurar sócios minoritários para sua operação de mobilidade, durante o CCR Day, no qual foram discutidas metas da empresa até 2035.

Ainda assim, a empresa, que tem um portfólio composto por 17 aeroportos no país, além de linhas de metrô, trens e VLT no Rio, não tem pressa em negociar seus ativos.

A companhia contratou o banco Itaú BBA e a Lazard, assessoria financeira especializada em fusões e aquisições, para tratar dos aeroportos. Os bancos BTG e Goldman Sachs buscarão interessados, inclusive estrangeiros, em investir nos ativos de mobilidade.

Mais de 49% das ações da CCR são negociadas em Bolsa. No ano, os papéis sobem mais de 13%. Entre os acionistas com maior participação estão Soares Penido, Votorantim, Itaúsa e Grupo Mover (ex-Camargo Corrêa).

Investimento realizado

Ontem, a empresa prestou esclarecimentos à Comissão de Valores Mobiliários (CVM, órgão regulador do mercado) e afirmou que “não obstante a contratação dos assessores financeiros”, reitera que “não há qualquer negociação sobre potenciais movimentos ocorrendo no momento”, qualquer acordo vinculante ou perspectiva concreta de efetivação de operação.

— Com várias concessões em curso, muitas empresas estão reavaliando seus ativos. Fazem caixa e reciclam portfólios para entrar nas próximas rodadas — diz Juan Landeira, diretor senior da A&M Infra.

Um analista que prefere não se identificar lembra que a CCR decidiu ficar fora da disputa da sétima rodada de concessões de aeroportos e perdeu a chance de levar Congonhas, que poderia trazer mais sinergia aos terminais que a empresa administra nas regiões Sul e Sudeste.

Mas, para ele, o fator principal para a venda é a margem de ganho, muito maior em concessões de estradas, diz o analista, do que com os terminais aéreos ou ativos de mobilidade urbana. Na

conferência de resultados da empresa relativos a 2024, o comando da CCR disse que o período foi fundamental para as obrigações de obras em 14 aeroportos. Ou seja, o grande bloco de investimentos que era necessário na primeira fase já foi feito.

Entre os terminais que fazem parte do portfólio da CCR estão: Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia, São Luís e Pelotas. Por ano, são transportados 43 milhões de pessoas nesses terminais. Entre os ativos de mobilidade estão o VLT no Rio, as linhas amarela (linha 4) e lilás (linha 5) do metrô de São Paulo, as linhas 8 (diamante) e 9 (esmeralda) dos trens da antiga CPTM e o metrô da Bahia. A concessão de barcas no Rio que a empresa detinha encerrou-se em fevereiro.

Outro analista a par do tema afirma que a CCR pretende rever seu portfólio, mas não vai se desfazer de ativos “a preço de banana”. Procurada, a CCR não comentou o assunto.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/03/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COMITÊ DO GOVERNO APROVA IMPOSTO ZERO PARA IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS; VEJA LISTA COMPLETA

Medida anunciada por Lula para tentar baratear produtos precisava ser oficializada por órgão técnico do MDIC; custo fiscal da medida é de R\$ 650 milhões em um ano, diz Alckmin

Por Amanda Pupo (Broadcast)

BRASÍLIA – O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou nesta quinta-feira, 13, a redução a zero das tarifas do imposto de importação de 11 alimentos.

O governo Lula já havia anunciado na semana passada que iria zerar o tributo para tentar conter a inflação de alimentos, mas a medida precisava ser oficializada pelo órgão técnico do do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que detalhou quais itens terão isenção ao desembarcarem no Brasil.



O vice-presidente e chefe do MDIC, Geraldo Alckmin, disse que não há data definida para medida ficar em vigor: 'Será pelo tempo necessário'
Foto: Wilton Junior/Estadão

“Com a maior oferta dos produtos selecionados no Brasil a impostos zerados, a decisão também busca inibir a alta de preços, contribuindo para o cumprimento da meta de inflação”, disse a pasta.

Veja lista completa dos alimentos contemplados:

- Carnes desossadas de bovinos, congeladas (passou de 10,8% a 0%)
- Café torrado, não descafeinado (exceto café acondicionado em capsulas) (passou de 9% a 0%)
- Café não torrado, não descafeinado, em grão (passou de 9% a 0%)
- Milho em grão, exceto para semeadura (passou de 7,2% a 0%)
- Outras massas alimentícias, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo (passou de 14,4% a 0%)
- Bolachas e biscoitos (passou de 16,2% a 0%)
- Azeite de oliva (oliveira) extravirgem (passou de 9% a 0%)
- Óleo de girassol, em bruto (passou de 9% a 0%)



- Outros açúcares de cana (passou de 14,4% a 0%)
- Preparações e conservas de sardinhas, inteiros ou em pedaços, exceto peixes picados (de 32% para 0%)

Em relação à sardinha, o comitê estabeleceu zerar a alíquota dentro de uma quota estabelecida de 7,5 mil toneladas. O comitê também decidiu aumentar a quota do óleo de palma de 60 mil toneladas para 150 mil toneladas, pelo prazo de 12 meses, com a manutenção da alíquota zero.

Cota da sardinha

O vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, avaliou que o estabelecimento da cota de importação de 7,5 mil toneladas de sardinha com imposto zero vai evitar uma reação do setor produtivo no Congresso sobre a medida.

“Nós estabelecemos cota. Veja que eu me referi agora que nós vamos zerar o imposto, mas até aquela cota de 7,5 mil toneladas. E esse acompanhamento vai ser permanente, nós vamos semanalmente fazer um acompanhamento”, respondeu.

Ontem, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) afirmou que a decisão do governo de zerar a alíquota de importação da sardinha ameaçaria toda a cadeia produtiva de pescados e milhares de empregos. “O setor de conservas de sardinha no Brasil, um dos mais modernos do mundo, responde por 75% do faturamento da indústria de conservas de pescados”, disse a frente.

Já Alckmin argumentou que o governo fez estudos sobre o tema e por isso decidiu estabelecer uma cota do produto que poderá entrar com tarifa zerada. A medida será aplicada a partir de amanhã no item “preparações e conservas de sardinhas, inteiros ou em pedaços, exceto peixes picados”, cuja alíquota hoje é de 32%.

Custo fiscal da medida

O governo federal pode deixar de arrecadar R\$ 650 milhões se a zeragem da alíquota do imposto de importação dos 11 alimentos ficar em vigor por um ano, informou Alckmin.

“O que a gente espera é que vai ser mais transitório; então, será menor”, disse. O ministro, contudo, disse que não há prazo pré-estabelecido para as alíquotas zero permanecerem em vigor. Segundo ele, será pelo tempo necessário para estimular a redução de preços. “Por quanto tempo for necessário para a gente estimular a redução de preço, diminuir o preço da comida, reduzir o imposto, ajudar a população”, respondeu.

O Estadão/Broadcast havia mostrado na última sexta-feira, 7, que o governo esperava que o custo fiscal da zeragem ficasse longe de R\$ 1 bilhão. O imposto de importação, embora resulte em arrecadação para o governo, tem caráter regulatório. Mexer nas alíquotas, portanto, não demanda que o Executivo compense eventuais renúncias.

“Claro que nós sabemos que o impacto maior na questão de preço de alimento foi clima e foi dólar. E expectativa sobre o clima é muito boa”, disse o ministro. “Agora, são medidas emergenciais para reduzir imposto, para reduzir custo de alimento e ajudar nesse momento excepcional a reduzir a inflação, especialmente a inflação de alimentos”, continuou Alckmin sobre a motivação da medida.

Cesta básica

Questionado sobre os Estados de adotarem ou não o ICMS zero para os produtos da cesta básica, conforme apelo do governo federal, o ministro lembrou que a decisão já foi anunciada por alguns governadores, enquanto outros estão estudando.

“Não é que seja para reduzir tudo; mas, de repente, você pode reduzir do ovo, de um tipo de carne. Então, cada um vai vendo o que pode fazer, mas ajuda. Essa é uma coisa que ajuda. Tanto é uma medida correta, que foi aprovada na reforma tributária por unanimidade: não tributar a cesta básica”, disse o ministro, destacando que o governo federal não obrigará nenhum Estado a tomar essa iniciativa.

“O governo não vai obrigar, não vai impor através de lei, mas é uma medida que ajuda”, completou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/03/2025

ECONOMIA ALEMÃ DEVE ESTAGNAR EM 2025, COM CRESCIMENTO DE 1,1% APENAS EM 2026, DIZ INSTITUTO

País deve registrar estagnação pelo terceiro ano consecutivo, segundo o Instituto Alemão de Pesquisa Econômica; perda dos EUA como parceiro confiável representa desafios, diz pesquisadora
Por Pedro Lima

A economia da Alemanha deve permanecer em estagnação pelo terceiro ano consecutivo em 2025, com crescimento de 0,0%, o que marca uma revisão para baixo em relação à previsão anterior de 0,2%, segundo o Instituto Alemão de Pesquisa Econômica (DIW Berlin). Uma recuperação significativa só é esperada para 2026, com um crescimento de 1,1%, também ligeiramente abaixo da previsão anterior de 1,2%.

O fraco desempenho econômico é atribuído a uma combinação de fatores, incluindo incertezas políticas devido às eleições federais antecipadas, a desaceleração do comércio global e os impactos geopolíticos. “A perda dos EUA como um parceiro político confiável representa grandes desafios para o futuro governo alemão e agrava a situação já difícil, especialmente para empresas voltadas para a exportação”, afirma Geraldine Dany-Knedlik, diretora econômica do DIW Berlin.

O consumo privado, embora impulsionado pelo aumento dos salários reais, tem sido mais fraco do que o esperado, com muitos alemães adiando grandes compras devido à situação política global e preocupações com o emprego, destaca o DIW. No entanto, espera-se que o fundo especial para investimentos em infraestrutura ajude a impulsionar a economia, observa.



Taxa de desemprego deve continuar baixa na Alemanha, prevê instituto Foto: Kirill Kudryavtsev/AFP

Segundo a instituição, o setor manufatureiro pode se beneficiar de um governo estável e de um cenário econômico mais claro após as negociações de coalizão. A taxa de desemprego deve continuar baixa, com um leve aumento em 2025, mas recuperação prevista para 2026, e a inflação, projetada em 2,1% para 2025, deve voltar à meta de 2% do BCE no ano seguinte.

Marcel Fratzscher, presidente do DIW, destaca que o fundo especial para infraestrutura é crucial para tirar a economia alemã da crise. Ele defende que “fortalecer o investimento público e reduzir as incertezas econômicas deve ser prioridade”, além de reformas estruturais como a integração de refugiados no mercado de trabalho e a redução de obstáculos à imigração de trabalhadores qualificados.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/03/2025

COMO A MADEIRA E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL PODEM CONTRIBUIR PARA DESCARBONIZAR A CONSTRUÇÃO CIVIL

Considerando que as indústrias de concreto e aço são carbono-intensivas, dificilmente a construção civil conseguirá reduzir ou zerar suas emissões sem o amplo emprego da madeira

Por Roberto Waack, Marcelo Aflalo e Beatriz Lutz

“É pau, é pedra, é o fim do caminho. É um resto de toco, é um pouco sozinho. É um caco de vidro, é a vida, é o sol. É a noite, é a morte, é um laço, é o anzol. É peroba-do-campo, é o nó da madeira. Caingá, candeia, é o matita-pereira. É madeira de vento, tombo da ribanceira. É o mistério profundo, é o queira ou não queira.”

Os versos do genial Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim em Águas de Março entoam mais que as reminiscências de seu refúgio no sítio Poço Fundo, um resto de mato — ou de Mata Atlântica — na região serrana do Rio. Construídas em moto-contínuo, letra e música discorrem como um fluxo de consciência do compositor, feito redemoinhos de água que vão e voltam, mostrando a antítese entre os encantamentos da vida e as suas sombras.

Os altos e baixos que Tom Jobim evoca na canção estão também no mundo de contradições do Brasil, dono da maior biodiversidade do planeta, mas que é o principal player do mundo florestal com espécies exóticas. A despeito da altíssima qualidade e variedade da madeira das florestas brasileiras, a maior parte é extraída para finalidades de reduzido valor agregado, como lenha para as indústrias siderúrgica e cimentícia. Além disso, a riqueza de um país potência em florestas se perde na exploração ilegal.



Diante da emergência das agendas de mitigação e de adaptação à mudança do clima, a madeira entrou no rol dos chamados New Building Materials Foto: Werther Santana/Estadão

As contraposições não param por aí. Apesar de as mais sofisticadas casas de campo no País buscarem na madeira a beleza arquitetônica, a funcionalidade e o conforto térmico e acústico, o setor de construção civil vale-se essencialmente de concreto e aço quando opera em larga escala.

Não é assim em países de menor potencial florestal que o brasileiro, como os Estados Unidos, onde 93% das casas são feitas com madeira em sua estrutura e as edificações de até 12 andares — altura ideal para construções inteiramente em madeira — representam 85% das construções.

Lá, a necessidade de cortar emissões de carbono tem levado empresas a buscarem a madeira como solução. É o caso da Microsoft, que projetou modernos data centers na Virgínia do Norte, utilizando um produto engenheirado, a madeira laminada cruzada (CLT). Ao combinar o uso com aço e concreto, a big tech informa que reduzirá em 35% as emissões em relação à construção convencional e em 65% com relação ao concreto pré-moldado.

No Reino Unido, o setor de fabricação de madeira estrutural pode dobrar sua produção para atingir 100 mil casas por ano, contribuindo com 33% da meta do governo trabalhista, que consiste em construir 1,5 milhão de casas nos próximos cinco anos. Enquanto isso, a Suécia está construindo a “Stockholm Wood City”, descrita como o maior projeto de madeira engenheirada do mundo.

Hoje, o setor de construção responde globalmente por 37% das emissões relacionadas à energia e 21% das emissões totais. Estima-se que a quantidade de edifícios dobre em todo o mundo até 2050, adicionando até 70 Gt de carbono se métodos de construção tradicionais forem usados.

Diante da emergência das agendas de mitigação e de adaptação à mudança do clima, a madeira entrou no rol dos chamados New Building Materials, embora seu uso na construção remonte a milênios atrás. Resgatar o uso da madeira nas estruturas e grandes elementos de uma obra é um passo importante para fixar grandes volumes do carbono sequestrado pelas árvores. Considerando que as indústrias de concreto e aço são carbono-intensivas, dificilmente a construção civil conseguirá reduzir ou zerar suas emissões sem o amplo emprego da madeira.

Mas os ganhos vão bem além dos climáticos, pois o uso da madeira se atrela a outra agenda extremamente relevante: a da restauração florestal. Neste campo, os benefícios se dão em série, a começar da valorização fundiária. O manejo adequado do terreno é capaz não só de recuperar áreas degradadas, como aproveitar aquelas que estão subutilizadas e ainda garantir a oferta de água limpa e a estabilidade do solo.

Além disso, uma floresta restaurada gera créditos atrelados a carbono e biodiversidade, e pode ainda evoluir para uma agrofloresta, originando produtos como madeira de alto valor agregado, frutas, óleos e castanhas.

A diversidade que é intrínseca aos sistemas agroflorestais conta a favor, pois os ciclos produtivos são complementares e há uma sinergia entre as culturas. Quanto mais diversa for a atividade de uma agrofloresta, maior a diversificação de risco, a resiliência e as possibilidades de ganhos em múltiplos mercados ao longo do tempo.

Alguns atores financeiros já detectaram essas oportunidades. Por exemplo, um fundo de investimentos voltado à agrofloresta para recuperação de ecossistemas degradados calculou que o retorno é capaz de superar, em dólar, os 15% ao ano. Estima-se que a taxa possa ser ainda maior, a depender de uma concertação afinada entre o setor privado e o público, a quem cabe definir o arcabouço jurídico e fiscal, e de avanços nas pesquisas científicas sobre técnicas produtivas — o que, no caso do desenvolvimento de espécies exóticas como o eucalipto, foi fundamental para o sucesso desse mercado.

A consolidação desses fatores será crucial para garantir a oferta firme de madeira em larga escala e, assim, proporcionar a previsibilidade do seu uso na construção civil. Para que haja matéria-prima suficiente, é preciso começar esse trabalho o quanto antes, conectando os pontos entre oferta e demanda.

Nesse sentido, algumas iniciativas estão em curso, como a realização, em São Paulo, da Reunião Global de Construção em Madeira. Serão quatro dias de reunião fechada com especialistas do mundo todo para produzir recomendações globais para o mercado da construção em madeira, e três dias de evento aberto ao público, entre 12 e 14 de março. O objetivo será conectar a indústria da madeira e a arquitetura brasileira com nomes mundialmente conhecidos, definindo um roteiro sobre seu uso na construção. Os resultados do evento serão apresentados em novembro, durante a COP-30 em Belém.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/03/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

CADE APROVA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA SANTOS BRASIL PARA GRUPO CMA CGM

Com a operação, o Grupo CMA CGM, que se tornará controlador da companhia portuária brasileira
Por Victor Meneses, Valor — São Paulo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a aquisição de participação societária na Santos Brasil pelo Grupo CMA CGM, que se tornará controlador da companhia portuária brasileira.



Após Santos Brasil, CMA CGM buscará novas aquisições — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

A informação foi divulgada pela Santos Brasil, em comunicado, nesta sexta-feira (14).

A partir da publicação da aprovação no “Diário Oficial da União”, as partes envolvidas na operação aguardam o decurso do prazo legal de 15 dias, nos

termos da legislação aplicável, com o objetivo de dar prosseguimento ao fechamento do negócio.

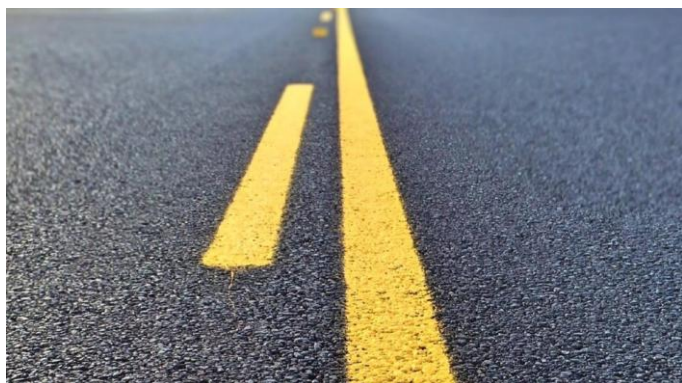
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/03/2025

CS INFRA, MONTE RODOVIAS, VF GOMES E CONSÓRCIO DA ZOPONE VENCEM LEILÃO DE RODOVIAS DO MATO GROSSO

A VF Gomes levou a disputa por Lote 1, o Consórcio Rodoviário Rota da Produção venceu disputa por Lote 2 e a Monte Rodovias levou o Lote 8; investimento total previsto nos quatro projetos é de R\$ 4,73 bi

Por Taís Hirata e Vinícius Lucena, Valor — São Paulo



— Foto: Pixabay

A CS Infra, a Monte Rodovias, a VF Gomes e um consórcio formado por Zopone e Constral foram os vencedores do leilão de quatro lotes rodoviários realizado pelo governo do Mato Grosso nesta sexta-feira (14). Ao todo, foram contratados R\$ 4,73 bilhões em investimentos.

No entanto, dois blocos de rodovias inicialmente previstos na licitação foram retirados da disputa, devido à falta de

propostas. O governo do Mato Grosso disse que vai buscar o “aperfeiçoamento necessário” dos projetos e que uma definição deverá ser dada dentro de 30 dias, segundo o governador, Mauro Mendes (União).

A CS Infra, empresa do grupo Simpar, arrematou o Lote 5, um corredor de 308 km entre Paranatinga e Canarana, com previsão de investimentos de R\$ 1,1 bilhão, que era considerado um dos mais atrativos da licitação.

Para o presidente da empresa, Fernando Quintas, um dos atrativos é que o contrato mitigou riscos macroeconômicos e do projeto, o que deu mais conforto para a empresa participar do leilão no atual cenário de incertezas.

“O projeto tem algo inovador, tem segurança contra aumento de insumos, mudanças cambiais, demandas abaixo do previsto. Inclusive quatro meses após a assinatura do contrato a gente pode revisar o ‘capex’ [plano de investimento nas obras] e eventualmente, se identificar alguma surpresa, é passível de reequilíbrio. Então entendemos que a modelagem foi muito adequada”, disse ele.

A CS já opera uma concessão rodoviária no Piauí, a Parceria Público Privada (PPP) da rodovia Transcerrados, conquistada em leilão em maio de 2021.



A VF Gomes ficou com o Lote 1, entre Juara e Tapurah, com estimativa de investimentos de R\$ 699 milhões. O Consórcio Rodoviário Rota da Produção, composto por Zopone e Constral, arrematou o maior lote: o trecho entre Nova Mutum e Campo Novo do Parecis, com extensão de 418,56 km e obras estimadas de R\$ 1,83 bilhão.

Já a Monte Rodovias ficou com o Lote 8, entre Brasnorte e Castanheira, em um contrato de R\$ 1,1 bilhão de investimentos.

A empresa passa hoje por um processo de M&A (fusões e aquisições, na sigla em inglês). Mesmo assim, Felipe Guidi, diretor da companhia, afirmou que a Monte seguirá participando de leilões.

“Apesar de estar em M&A, a empresa tem que continuar crescendo. O M&A pode não dar certo. Se você parar e ficar encolhendo, o mercado vai se organizando. Temos grandes players [atores] que não existiam há dois anos. A gente não quer ficar pequeno”, afirmou o executivo.

Segundo ele, a empresa analisa outros projetos. Os focos são a região Nordeste, onde a empresa já tem concessões, e o Centro-Oeste, área em que a companhia passará a atuar agora. “Estamos olhando outros projetos, alguns na Bahia que fazem sinergia com os nossos [contratos]. Tem a ViaBahia que vai vir para a rua, a Rota dos Sertões. Então tem bastante coisa que estamos olhando”, disse ele.

Após o leilão, o governador comemorou o resultado, mesmo com a ausência de propostas em dois lotes. “No momento que a economia brasileira tem muitos sinais negativos, nós ficamos felizes de ter esse leilão como um sucesso”, disse.

Para Fernando Marcato, sócio da ICO Consultoria, que apoiou a modelagem, o fato de o governo ter fatiado o projeto em diversos lotes de menor porte ajudou a atrair interesse. “Já foi muito ousado colocar tantos lotes ao mesmo tempo, e ter 14 propostas, com 9 proponentes já foi positivo”, afirmou.

CS Infra arremata Lote 5

A CS Infra arrematou o lote com um corredor de 308 km entre Paranatinga e Canarana. A previsão de investimentos do contrato é de R\$ 1,1 bilhão. Também está previsto R\$ 1,3 bilhão em custos operacionais ao longo dos 30 anos da concessão.

Participaram da disputa outros quatro grupos: a Monte Rodovias, que ofertou 5,1% de desconto; o Consórcio Inovia III, que tem a Stratura entre os sócios, deu proposta de 0,1% de deságio; o Consórcio RDG Canarana, formado por Terracom e Kamilos, ofereceu desconto de 0,5%; e o Consórcio VMT ofereceu 6,5%.

A companhia também tem concessões em outras áreas da infraestrutura, como ativos portuários no Porto de Aratu, na Bahia, e o BRT de Sorocaba, em São Paulo.

VF Gomes leva Lote 1

A VF Gomes venceu a disputa pela concessão do Lote 1 de rodovias do Mato Grosso, que inclui um trecho de 237,59 km entre Juara e Tapurah. O grupo ofereceu um desconto de 8,5% sobre a tarifa máxima de pedágio, que havia sido fixada em R\$ 12,75.

A previsão de investimentos do contrato é de R\$ 699 milhões. Também estão previstos R\$ 871 milhões em custos operacionais ao longo dos 30 anos da concessão.

Outros dois concorrentes apresentaram propostas, mas muito abaixo da ganhadora: o Consórcio MT Vias (formado pela Paviengue, pela Era Técnica Engenharia, pela Tatemono e pela Ypê Engenharia) fez oferta de 0,02% de deságio sobre o pedágio, e o Consórcio Vale do Arinos (composto por Zopone e Constral) propôs 0,35% de desconto.

Consórcio Rodoviário Rota da Produção levou Lote 2



O Consórcio Rodoviário Rota da Produção, composto por Zopone e Constral, venceu a disputa pela concessão do Lote 2 de rodovias do Mato Grosso, com uma proposta de 2,3% de desconto sobre a tarifa máxima de pedágio, que havia sido fixada em R\$ 10,74.

O trecho entre Nova Mutum e Campo Novo do Parecis tem extensão de 418,56 km. A previsão de investimentos do contrato é de R\$ 1,83 bilhão. Também está previsto R\$ 1,5 bilhão em custos operacionais ao longo dos 30 anos da concessão.

Outros dois grupos participaram da concorrência: o Consórcio Inovia II (formado pela Stratura Asfaltos e pela EAR Construções), que ofertou 0,1% de deságio, e o Consórcio VMT (formado por K Infra Concessões, Vetor Participações, Conata Engenharia, Infracon Engenharia, MTSul Construções e OCC Construções), que apresentou proposta de 1,7% de desconto.

Monte Rodovias arrematou lote 8

A Monte Rodovias venceu a disputa pela concessão do Lote 8 de rodovias do Mato Grosso, que inclui 344 km de estradas entre Brasnorte e Castanheira. O grupo apresentou uma oferta de 9,1% de desconto sobre a tarifa máxima de pedágio, que havia sido fixada em R\$ 13,37.

A previsão de investimentos do contrato é de R\$ 1,1 bilhão. Também está previsto R\$ 1,3 bilhão em custos operacionais ao longo dos 30 anos da concessão.

O lote recebeu outras duas ofertas, mas muito inferiores à vencedora. O Consórcio Inovia V (formado por Stratura Asfaltos e EAR Construções) propôs 0,1% de desconto e o Consórcio MoviBrasil (FM Rodrigues, Reale Construções, Lucena Infraestrutura, Prodoinfra Fundo de Investimentos em Participações e Tree Participações e Investimentos) fez proposta de 0%.

A Monte Rodovias foi estruturada em 2020 pela gestora Monte Equity Partners, a partir da compra de três concessões de rodovias da Odebrecht no Nordeste: a Bahia Norte, na Bahia, e a Rota do Atlântico e a Rota dos Coqueiros, em Pernambuco.

No ano passado, a empresa também concluiu a compra da Concessionária Litoral Norte (CLN), que era da Invepar.

Hoje, a plataforma passa por um processo de venda que tem atraído o interesse de diferentes grupos, como Aenza, da IG4 Capital; BTG; Opportunity; Macquarie e EPR (Equipav e Perfin), conforme noticiou o Valor nesta sexta-feira (14).

Ordem da disputa foi Lote 5, Lote 1, Lote 2 e Lote 8

Inicialmente, havia outros dois lotes na disputa, porém, estes foram retirados da licitação devido à ausência de propostas. Ordem da disputa é Lote 5, Lote 1, Lote 2 e Lote 8.

Na disputa, vence quem oferecer o maior desconto sobre a tarifa máxima de pedágio. Os proponentes também pagam um aporte, que cresce de acordo com o deságio oferecido — a cláusula, inspirada no modelo federal, busca coibir lances agressivos demais. O investimento total previsto nos quatro projetos é de R\$ 4,73 bilhões.

O lote 1 inclui um trecho de 237,59 km entre Juara e Tapurah, com previsão de R\$ 699 milhões de investimentos. O lote 2, entre Nova Mutum e Campo Novo do Parecis, tem extensão de 418,56 km e demanda R\$ 1,83 bilhão em obras.

O lote 5 — a numeração não é linear porque alguns dos blocos estudados não foram incluídos nesta rodada da licitação — prevê rota entre Paranatinga e Canarana, com uma extensão de 308,26 km. O investimento é de R\$ 1,1 bilhão.

Por fim, o lote 8, entre Brasnorte e Castanheira, tem extensão de 344,15 km e previsão de R\$ 1,1 bilhão em obras.

Os dois blocos retirados somavam outros R\$ 2,95 bilhões. O lote 3 abarcava um trecho de 161,37 km, entre a capital Cuiabá e Rosário Oeste, com previsão de investimento de R\$ 1,2 bilhão.

No governo, já havia uma percepção de que o projeto era o mais desafiador do ponto de vista de engenharia. Já o lote 6 era um corredor de 634,35 km entre Campo Verde e Sinop. O contrato previa R\$ 1,75 bilhão de investimentos.

Segundo o comunicado do governo, a suspensão “visa ao aperfeiçoamento necessário do certame. Tão logo sejam concluídos os ajustes pertinentes, serão divulgadas novas informações acerca da retomada dos certames, incluindo eventuais alterações nos editais, bem como datas e prazos para apresentação de propostas”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/03/2025

CHINA ESTÁ INCOMODADA COM POSSÍVEL VENDA DE OPERAÇÃO EM PORTOS NO CANAL DO PANAMÁ

Artigo condenando o acordo no jornal Ta Kung Pao, apoiado pelo Estado de Hong Kong, alerta que permitir a "americanização" do canal levaria os EUA a usá-lo para fins políticos

Por Valor, com Nikkei Asia — São Paulo e Hong Kong



Canal do Panamá — Foto: Divulgação/Panama Canal Authority

As autoridades da China estão incomodadas com a venda dos ativos portuários do Canal do Panamá, pelo conglomerado de Hong Kong CK Hutchison, para um consórcio liderado pela empresa de investimentos americana BlackRock, fazendo com que o preço das ações da companhia da família Li Ka-shing caísse drasticamente.

Um artigo condenando o acordo foi publicado quinta-feira (13) pelo jornal Ta Kung Pao, apoiado pelo Estado de Hong Kong, alertando que permitir a "americanização" do canal levaria Washington a usá-lo para fins políticos, restringindo o comércio chinês. O artigo foi republicado na íntegra pelo site oficial do Escritório de Trabalho de Hong Kong e Macau do Partido Comunista Chinês e pelo Escritório de Assuntos de Hong Kong e Macau do governo central, destacando que os argumentos refletem a visão de Pequim.

Isso fez com que as ações da CK Hutchison, listadas em Hong Kong, despencassem já no início das negociações na manhã desta sexta-feira (14). O preço dos ativos caíram até 6,8%, chegando a HK\$ 46,05, enquanto a CK Asset Holdings, outro conglomerado importante do império da família Li Ka-shing, registrou queda superior a 3% no início do pregão. Enquanto o índice de referência Hang Seng subiu 2,1%, as duas ações fecharam o dia com quedas de 6,4% e 1,6%, respectivamente.

A reação dos investidores contrasta com a resposta quando o acordo foi anunciado no início deste mês. Após a CK Hutchison concordar, em princípio, em transferir ao consórcio sua participação de 90% na Panama Ports Company, juntamente com seu interesse controlador de 80% em 43 portos com 199 berços espalhados por 23 países, as ações da CK Hutchison dispararam mais de 20%, e as da CK Asset subiram quase 5%.

Oficialmente, o governo chinês não comentou a venda. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Lin Jian, disse que "não comentamos negociações comerciais", quando questionado por um repórter em uma coletiva de imprensa regular em Pequim, no dia 5 de março.



Frank Sixt — co-diretor administrativo da CK Hutchison e confidente de longa data de Li Ka-shing e seu filho Victor Li, que agora administra o conglomerado — afirmou, em comunicado na época, que o acordo era "puramente comercial e totalmente não relacionado às recentes notícias políticas sobre os portos do Panamá".

Ameaças de Trump

Isso foi uma referência às declarações do presidente dos EUA, Donald Trump, que prometeu "retomar" o Canal do Panamá da China, equiparando, na prática, as operações portuárias da CK Hutchison nas duas extremidades do canal ao controle chinês.

O artigo do Ta Kung Pao, intitulado "Nada de ingenuidade, não se iluda", essencialmente rejeita a ideia de que o acordo seja apenas "atividade comercial comum". Ele cita reportagens da mídia ocidental sobre bastidores do caso, incluindo que Trump foi mantido informado, com notificações do CEO da BlackRock, Larry Fink.

Citando fontes anônimas, o artigo alega que o objetivo do acordo é aumentar a pressão sobre os custos logísticos e as cadeias de suprimentos das empresas chinesas. Segundo a publicação, caso a transação seja concluída, a BlackRock passaria a controlar 10% da capacidade global de movimentação de contêineres, permitindo que a empresa americana "cooperasse completamente com a política de contenção dos EUA contra a China".

"Não é um alarme falso"

"Isso definitivamente não é um alarme falso", diz o artigo, apontando que Washington está considerando cobrar altas taxas adicionais sempre que navios chineses entrarem em portos dos EUA. O autor descreve a iniciativa como um exemplo de "comportamento hegemônico dos EUA, invadindo interesses legítimos de outros países", fazendo referência a um conhecido provérbio da época dos Três Reinos da China.

O artigo termina com duras críticas à CK Hutchison, citando a "opinião generalizada" de internautas anônimos. São mencionados comentários de que o conglomerado de Hong Kong está "se curvando" e buscando "apenas lucro, ignorando princípios morais e desprezando interesses nacionais e princípios maiores". A percepção de que o grupo está "traindo e vendendo todo o povo chinês", segundo o autor, é "completamente compreensível".

Por fim, o texto adverte que a empresa deveria refletir cuidadosamente sobre "de que lado se deve estar".

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/03/2025

CASO MILIONÁRIO DE ISS DA VALE TERÁ QUE SER REINICIADO

Município de Mangaratiba (RJ) multou mineradora por evasão fiscal

Por Marcela Villar — De São Paulo

Caso milionário de ISS da Vale terá que ser reiniciado — Foto: Reprodução

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) terá que reiniciar o julgamento de um autuação fiscal de ISS recebida pela Vale no valor atualizado de R\$ 925 milhões, após um empate no placar. A cobrança partiu do município de Mangaratiba (RJ).

O quinto ministro, Marco Aurélio Bellizze, que daria voto decisivo, não pôde se manifestar na sessão de terça-feira, pois é novo no colegiado e não acompanhou o julgamento do início. A turma, portanto, rejeitará o processo. Não há prazo para a nova análise ocorrer, mas a tendência é que os votos dos outros quatro ministros sejam reafirmados.



No recurso ao STJ, o município alega que a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), controlada da Vale, subfaturou serviços portuários prestados à mineradora para reduzir a base de cálculo do ISS. O preço pago pela Vale à MBR por tonelada, de R\$ 0,49, é bem menor do que o praticado por operadoras vizinhas na Ilha de Guaíba, que varia de R\$ 17,72 a R\$ 22,38, segundo a prefeitura.

Essa diferença, segundo a prefeitura, configura evasão fiscal. Por isso, multou a empresa pelo valor que entendia ser o correto, com base no artigo 148 do Código Tributário Nacional (CTN). A sentença deu razão à prefeitura, mas ela foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), por unanimidade.

O juiz Marcelo Borges Barbosa, da Vara Única da Comarca de Mangaratiba, afirmou que o arrendamento feito pela MBR à Vale “constitui uma manobra para pagar menos imposto” e que “tamanho disparate nos preços levanta suspeita sobre sua correção”. Já o TJRJ entendeu que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço, sujeito “à autonomia da vontade das partes”.

Para os desembargadores, o preço da operação portuária “parece ter sofrido a influência do controle indireto exercido pela Vale”, o que “pode traduzir abuso do acionista controlador ou mesmo ilícito administrativo, pela transferência não autorizada, na prática, da operação do porto”. Mas isso não permite “a desconsideração do preço informado, sem que se sustente ser ele falso”.

A Vale tenta na Justiça anular a cobrança fiscal, referente aos anos de 2009 a 2012, sob o argumento de que a fiscalização não apresentou provas suficientes e que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço - não o praticado pelo mercado.

Defende ainda que os custos no Porto de Mangaratiba são menores por ser privado e só exigir o pagamento de mão de obra. Em portos vizinhos, como o de Itaguaí, que é público, é preciso fazer o pagamento do aluguel da estrutura, o que encarece o preço do serviço em 60%.

O relator, ministro Teodoro da Silva Santos, votou a favor do município, em setembro de 2024, quando se iniciou o julgamento. Disse que a disparidade de preço exacerbada abala a receita do município. “É dinheiro público que serve para atividades públicas elementares, como educação, saúde, segurança e saneamento”, afirmou (REsp nº 2098242).

Para Silva Santos, a empresa parte da “premissa equivocada acerca da liberdade de contratar, que encontra limites justamente para não permitir a redução artificial do imposto devido”. Na visão do ministro, a base de cálculo do ISS, regulamentado pelo artigo 7º da Lei Complementar nº 116/2003, é o preço dos serviços.

Porém, o artigo 148 do CTN autoriza o arbitramento quando a autoridade fiscal entende haver “omissão” nas declarações prestadas pelo contribuinte. “Mostra-se legítima a iniciativa do Fisco municipal de apurar e arbitrar a base correta do imposto em processo próprio”, completou o relator, acompanhado pelo ministro Afrânio Vilela, que proferiu voto na sessão de terça-feira.

“O caso trata de evidente disparidade de preço fixada possibilitando a iniciativa do município em apurar a base de cálculo, em consonância com o entendimento desse tribunal”, disse Vilela, no voto, afirmando ainda que a Vale não demonstrou que o preço praticado estaria correto.

O ministro Francisco Falcão acompanhou o voto divergente da ministra Maria Thereza de Assis Moura, que foi favorável à Vale, em sessão anterior. Entendeu que o recurso não merece ser conhecido, pois seria necessária a reanálise de provas, o que é vedado pela Súmula nº 7 do STJ.

“O que pretende a recorrente é a validação de lei local ao arrepio da lei federal mediante aplicação do artigo 146 do Código Tributário do Município de Mangaratiba, que segundo alega o recorrente, autorizaria o lançamento de tributo por arbitramento nas hipóteses de subfaturamento, o que importa em ofensa à Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal (STF)”, disse a ministra.

O tributarista Rafael Vega, do Cascione Advogados, entende que o STJ deveria aplicar a Súmula 7 ao caso, pois é necessário reanalisar se houve ou não falsidade nas informações fiscais apresentadas pela Vale ao Fisco municipal. “As instâncias ordinárias que analisam os fatos, não é competência do STJ mudar a interpretação desse fato, ele só pode mudar a consequência jurídica”, afirma.

Segundo Vega, tem sido comum as prefeituras “extrapolarem” a aplicação do artigo 148 do CTN quando não concordam com o preço do serviço, mas que não é isso o que prevê o dispositivo. “Não é só discordar do preço, é preciso haver prova de falsidade e prova de omissão”, diz. Para ele, o STJ poderia fixar parâmetros, como fez em outros julgamentos tributários, para servirem de baliza para as prefeituras nesses casos de arbitramento de base de cálculo de um tributo.

Carlos Augusto Rolemberg, do Mundim, Costa Leite & Rolemberg Advocacia e Consultoria, que atua pela prefeitura no caso, entende que não é necessário o reexame de provas, pois tudo está expresso no acórdão do TJRJ. “Pelas próprias premissas fáticas do acórdão recorrido, se pode constatar que houve violação clara do artigo 148 do CTN”, afirma.

Ele chama a atenção que a decisão do TJRJ, mesmo dando razão à Vale, reconhece que a diferença de preço praticada é elisão fiscal. “O acórdão reconhece que a Vale cometeu ilícito empresarial, administrativo e que o preço era irreal, 36 vezes menor do que a praticada pela subsidiária no porto vizinho”, acrescenta ele.

Procurada, a Vale disse que não comenta processos em andamento.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/03/2025

FUTURO PREMIÊ DA ALEMANHA CHEGA A ACORDO SOBRE DÍVIDA PARA FINANCIAR DEFESA E INFRAESTRUTURA

Acordo prevê financiamento para infraestrutura destinado a novos projetos, 100 bilhões de euros para fundo governamental de clima já existente e aumento dos gastos com defesa para incluir ajuda à Ucrânia e inteligência

Por Valor — São Paulo



Futuro premiê da Alemanha, Friedrich Merz — Foto: Michael Kappeler/AP

O futuro premiê da Alemanha, Friedrich Merz, chegou nesta sexta-feira (14) a um acordo com o Partido Verde para viabilizar uma mudança no limite da dívida do país e garantir um pacote de gastos para defesa e infraestrutura, superando um obstáculo-chave antes de uma votação crucial no parlamento na próxima semana.

O bloco liderado pelo partido União Democrata-Cristã (CDU), de Merz, e os Sociais-Democratas enfrentaram dificuldades nesta semana para garantir o apoio dos Verdes, essencial para alcançar a maioria de dois terços necessária para alterar as restrições constitucionais sobre a dívida.

Os Verdes rejeitaram o pacote inicial e exigiram um maior compromisso com a proteção climática. “A Alemanha está de volta”, declarou Merz, que deve suceder o primeiro-ministro Olaf Scholz nas próximas semanas. No dia anterior, um debate parlamentar evidenciou um profundo desentendimento com os Verdes sobre a iniciativa.

O futuro premiê está correndo para garantir apoio em ambas as casas do parlamento para viabilizar medidas abrangentes que liberariam os gastos com defesa das restrições de endividamento e criariam um fundo de 500 bilhões de euros (US\$ 542 bilhões) para investimentos em infraestrutura.

O acordo fechado hoje estabeleceu que o financiamento para infraestrutura será destinado a novos projetos e que 100 bilhões de euros serão direcionados para o fundo governamental de clima e transformação já existente. Os parâmetros para os gastos com defesa também foram ampliados para incluir ajuda à Ucrânia e inteligência.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/03/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CARRETA DERRUBA PASSARELA E INTERDITA VIA ANCHIETA EM SP; PORTO DE SANTOS MANTÉM OPERAÇÕES

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 14/03/2025 - 17:02



Apesar do impacto na principal rota de acesso ao Porto de Santos, caminhões seguiram fluxo. Empresas veem fragilidade no acesso ao porto

Uma carreta derrubou uma passarela na Rodovia Anchieta, na altura de Cubatão (SP), na quinta-feira (13), por volta das 18h, interditando a via nos sentidos litoral e capital paulista. Apesar do impacto na principal rota de acesso ao Porto de Santos, as operações no complexo não foram interrompidas. De acordo com informações divulgadas pela Autoridade Portuária de Santos (APS), os pátios reguladores de caminhões em

Cubatão continuaram a abastecer os terminais de grãos durante a madrugada, enquanto as cargas containerizadas foram movimentadas nos terminais Redex da Baixada Santista.

Além disso, os caminhões que receberam carga no porto, seja por descarga direta de navios ou nos terminais, operaram normalmente. Na noite de quinta-feira, havia 801 caminhões nos pátios reguladores de Cubatão, número que caiu para 88 na manhã desta sexta-feira (14). A concessionária Ecorodovias liberou a pista norte da Anchieta para descida, aliviando parte do impacto no tráfego.

Apesar da rápida normalização do fluxo, especialistas apontam que o acidente evidencia a fragilidade do sistema de acesso ao Porto de Santos. O diretor executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, alertou para possíveis impactos a médio prazo.

“O acidente mostrou a fragilidade do sistema de acesso ao porto. Pode não ter ocorrido um impacto imediato, mas a médio prazo, sim, pois as cargas precisam ser entregues dentro de prazos apertados para evitar congestionamentos na cidade. Para a cabotagem, é possível que tenhamos algumas consequências, pois nossas cargas quase não permanecem no porto para embarque ou entrega”, afirmou Resano à Portos e Navios.

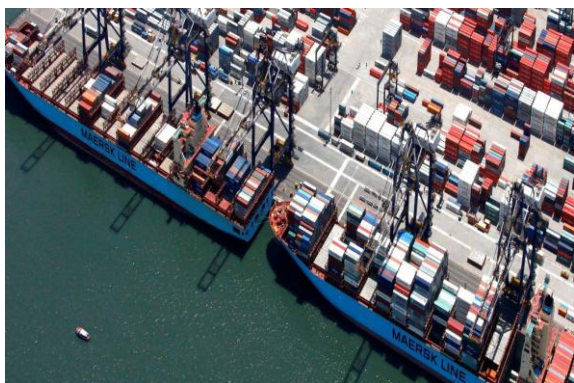
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/03/2025

DP WORLD E MAERSK FIRMAM CONTRATO PARA OPERAÇÃO EM SANTOS

Da Redação Portos e logística 14/03/2025 - 17:04

A DP World e a Maersk assinaram um contrato de longo prazo para a operação de serviços marítimos no terminal de Santos. A parceria terá início em abril de 2025 com 6 serviços e 8 escalas semanais, podendo crescer para 7 serviços e 10 escalas a partir do segundo ano.



Com o contrato, a DP World ampliará sua capacidade operacional, enquanto a Maersk garante atendimento contínuo no Porto de Santos com um nível mínimo de serviço acordado. Segundo Márcio Medina, Vice-Presidente Comercial da DP World Brasil, a parceria reforça a presença da empresa no terminal e abre caminho para novas oportunidades de crescimento no país.

atender à crescente demanda por movimentação de contêineres na região. A DP World investirá R\$ 450 milhões para expandir sua capacidade para 1,7 milhão de TEUs até 2026. Além disso, a empresa aguarda a aprovação de um aporte adicional de R\$ 1,6 bilhão para elevar a capacidade para 2,1 milhões de TEUs até 2027.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/03/2025

IAPH PROPÕE MEDIDAS PARA REFORÇAR SEGURANÇA CIBERNÉTICA EM PORTOS

Da Redação Portos e logística 14/03/2025 - 17:22



A Associação Internacional de Portos e Portos (IAPH) participou da 49ª reunião do Comitê da Convenção FAL da Organização Marítima Internacional (IMO), realizada em Londres, destacando a necessidade de reforçar a segurança cibernética nos portos. Durante o evento, a IAPH patrocinou e co-patrocinou seis propostas voltadas à digitalização e segurança da cadeia de suprimentos marítima.

O diretor executivo da IAPH, Patrick Verhoeven, enfatizou que a segurança cibernética é a principal ameaça enfrentada pelos portos globais, alertando que ataques cibernéticos ocorrem mensalmente em diferentes partes do mundo. Para mitigar esses riscos, a associação co-patrocinou uma proposta junto a países como Brasil, Coreia do Sul e Arábia Saudita, solicitando a introdução de requisitos obrigatórios para proteger as janelas únicas marítimas e os sistemas comunitários portuários. A proposta foi bem recebida e avançará no processo legislativo para revisão da Convenção FAL.

Além disso, a IAPH elaborou um rascunho de diretrizes de resiliência cibernética para portos, que será discutido pelo comitê técnico da entidade em março. O relatório final deve ser publicado ainda este ano. Fundada em 1955, a IAPH representa 191 autoridades portuárias e 165 empresas do setor, abrangendo mais de um terço do comércio marítimo mundial. A associação lidera iniciativas globais em descarbonização, transição energética, gestão de riscos e digitalização do transporte marítimo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/03/2025

KONGSBERG FORNECERÁ PROJETO E TECNOLOGIA PARA NAVIOS DE CONSTRUÇÃO SUBMARINA DA OLYMPIC

Da Redação Indústria naval 14/03/2025 - 17:25



A Kongsberg Maritime assinou um contrato para o projeto e fornecimento de equipamentos para duas embarcações submarinas multipropósito da Olympic Group. Os navios UT7623 SEV (Sustainable Energy Vessel) serão preparados para operar com metanol e contarão com tecnologia híbrida de bateria. Essas embarcações incluem um pacote de tecnologia integrada da Kongsberg, com propulsão elétrica azimutal de acionamento por aro, propulsores retráteis, sistemas de automação e controle, posicionamento dinâmico, além de um sistema de lançamento e recuperação de ROV (LARS) suspenso. O projeto foi

desenvolvido em colaboração com a Olympic e visa otimizar a eficiência energética para operações offshore avançadas.

Segundo Stig Remøy, CEO da Olympic, a empresa busca estabelecer novos padrões para operações offshore sustentáveis, combinando sua experiência em energia renovável e petróleo e gás com tecnologia de ponta. Os navios serão construídos no estaleiro CMHI em Shenzhen, China, com entrega prevista para o verão de 2027. Per Kristian Furø, diretor de vendas da Kongsberg Maritime, destacou que as embarcações excedem os requisitos do Acordo de Paris, combinando propulsão elétrica e combustível dual pronto para metanol. O projeto busca reduzir o consumo de combustível e estabelecer novos padrões na indústria para eficiência energética e sustentabilidade ambiental.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/03/2025

FORESEA APRIMORA OPERAÇÕES OFFSHORE COM MONITORAMENTO 360° E LIVE STREAM EM ALTO-MAR

Da Redação Offshore 14/03/2025 - 17:05

A Foresea implementou novas tecnologias em seu Centro de Suporte à Decisão (CSD), localizado em Macaé (RJ), para garantir maior eficiência e segurança nas operações de perfuração offshore. A empresa passou a utilizar câmeras de visão 360° em alta definição, integradas a softwares de inteligência artificial, permitindo o monitoramento remoto em tempo real de todas as manobras realizadas em suas sondas no mar.

O CSD recebeu novos equipamentos e adotou rotinas de análises críticas para aprimorar os processos operacionais. A prática inclui o Vídeo Review 360°, em que as operações são acompanhadas ao vivo e posteriormente revisadas para identificar melhorias. Com base nessas análises, planos de ação são elaborados e compartilhados com as equipes embarcadas e com toda a frota.

Segundo Tiago Freitas, diretor de engenharia da Foresea, o uso dessas tecnologias proporciona uma atuação proativa, fortalecendo a segurança e a performance operacional. Além disso, Osiel Barreto, gerente de construção de poços e subsea, destacou que o monitoramento remoto já se tornou um requisito técnico em alguns contratos da empresa.

A Foresea atua no setor de perfuração offshore e possui frota própria composta pelas sondas ODN I, ODN II, Norbe VI, Norbe VIII e Norbe IX, todas em operação. A empresa possui certificação internacional APIQ2 e opera em águas profundas e ultraprofundas, priorizando alta performance, segurança e respeito ao meio ambiente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/03/2025

COMPRA DO CONTROLE DA WILSON SONS PELA MSC OBTÉM APROVAÇÃO NO CADE

Por Danilo Oliveira Portos e logística 14/03/2025 - 11:54



A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, o ato de concentração referente à aquisição de até 100% do capital social da Wilson Sons pela SAS Shipping Agencies Services Sàrl (SAS), subsidiária integral da MSC (Mediterranean Shipping Company).

Em comunicado ao mercado, nesta sexta-feira (14), a Wilson Sons informou que essa decisão transitará em julgado e será considerada final após o período de espera de 15 dias, contados a partir da publicação do despacho de aprovação no Diário Oficial da União,

caso não haja pedido de análise complementar pelo tribunal do Cade nem interposição de recursos no órgão antitruste durante esse período.

A Wilson Sons ressaltou que, mesmo após o trânsito em julgado da decisão do Cade, a conclusão da alienação do controle da companhia permanece sujeita a outras condições precedentes, incluindo a aprovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

“A companhia reitera seu compromisso com os melhores níveis de transparência e governança corporativa, e manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados acerca da ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, nos termos da legislação aplicável”, reforçou a Wilson Sons no informe.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/03/2025

PPP GARANTIRÁ DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO À BAÍA DA BABITONGA

Da Redação Portos e logística 14/03/2025 - 15:19



O governo de Santa Catarina, por meio da Porto de São Francisco do Sul, e o Porto Itapoá assinam, na próxima sexta-feira (21), o contrato de uma parceria público-privada (PPP) para a dragagem e aprofundamento do canal de acesso à Baía da Babitonga. O evento acontecerá no Porto Itapoá, quando também será lançado o edital para a escolha da empresa responsável pela execução do projeto.

A obra, com investimento estimado em R\$ 300 milhões, permitirá a atracação de navios de até 366 metros de comprimento com carga máxima. Atualmente, o canal

tem profundidade de 14 metros e será ampliado para 16 metros, possibilitando o aumento da capacidade operacional dos portos da região. O Porto de São Francisco do Sul e o Porto Itapoá terão um ganho na movimentação de cargas, com previsão de navios transportando até 16 mil TEUs, contra os atuais 10 mil TEUs.

Além da melhoria na infraestrutura portuária, o projeto prevê a destinação dos sedimentos da dragagem para a recuperação das praias de Itapoá, ampliando a faixa de areia. Segundo o governador Jorginho Mello, a obra trará benefícios tanto para o setor portuário quanto para o turismo na região.

O financiamento contará com recursos do setor público e do setor privado, com o Porto Itapoá arcando com parte dos custos. De acordo com Cleverton Vieira, presidente do Porto de São Francisco do Sul, o retorno do investimento será gerado pelo aumento da movimentação de cargas com a entrada de embarcações maiores.

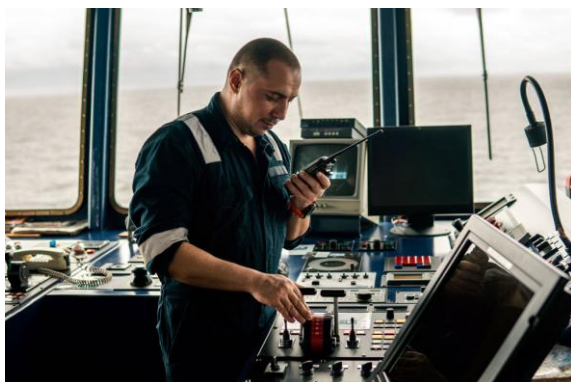
Os portos da Baía da Babitonga representam mais de 60% da movimentação portuária de Santa Catarina em tonelagem. Em 2024, o Porto de São Francisco do Sul movimentou 17 milhões de toneladas de mercadorias, enquanto o Porto Itapoá registrou um volume de 1,2 milhão de TEUs, equivalente a 14 milhões de toneladas. A previsão é que as obras comecem em 2025 e sejam concluídas em 2026.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/03/2025

FÓRUM MINISTERIAL DISCUTIRÁ POLÍTICAS PARA TRABALHADORES AQUAVIÁRIOS

Por Danilo Oliveira Navegação 13/03/2025 - 22:33



Grupo coordenado pelo Ministério de Portos e Aeroportos terá 3 representantes do setor de navegação e outros 3 do setor laboral

O Fórum Permanente para discussão de Políticas Públicas para os Trabalhadores Aquaviários, criado na última terça-feira (11) pelo Ministério de Portos e Aeroportos, terá um representante da pasta, três do setor de navegação e três do setor laboral. O setor de navegação será composto por um representante do Syndarma/Abeam (apoio marítimo), um da Abac (cabotagem) e outro da Abani (navegação interior). Os

três representantes dos trabalhadores aquaviários serão indicados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF), sendo um de cada segmento da navegação.

A portaria do MPor, publicada nesta quinta-feira (13), estabelece que o fórum é de natureza consultiva e propositiva ao ministério, com o objetivo de promover a discussão e a proposição de medidas relativas à organização, formação, aperfeiçoamento, capacitação e atribuições da categoria. O grupo será coordenado pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação do MPor, que também exercerá o papel de secretaria executiva.

De acordo com a portaria, o fórum poderá convidar, de forma permanente ou quando necessário, representantes de outros órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, para participar das reuniões, prestar informações e colaborar com suas atividades. O plenário do fórum deverá receber, discutir, propor pautas e estudos com o objetivo de oferecer sugestões relativas à organização, formação, aperfeiçoamento, capacitação e atribuições da categoria.

O grupo poderá propor e aprovar a criação de grupos técnicos para desenvolver os estudos de temas considerados prioritários, além de aprovar o calendário das reuniões ordinárias, atas das reuniões e propor convites a autoridades e personalidades relacionadas à temática do fórum. Os grupos técnicos serão de caráter temporário, duração não superior a um ano, prorrogável por metade do período e com até seis membros, sendo possível a operação de até três grupos técnicos simultaneamente.

O Fórum Permanente dos Trabalhadores Aquaviários terá reuniões ordinárias, conforme o calendário previamente aprovado, ou extraordinariamente, quando convocado por seu coordenador ou por dois terços dos membros. O calendário das reuniões terá início no mês de fevereiro de cada ano, quando será realizada sua primeira reunião plenária, e se encerrará no mês de novembro com a última reunião anual.

A portaria do ministério determina que o quórum de aprovação do fórum é de maioria simples, sendo considerado o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes. Os



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 041/2025
Página 49 de 49
Data: 14/03/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

membros que não estiverem localizados em Brasília poderão participar das reuniões por meio de videoconferência.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/03/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 14/03/2025